



Índice

- 01** [Quilombolas de Acará são contemplados com o Minha Casa, Minha Vida](#)
- 02** [Justiça Federal concede liminar de reintegração de posse de fazenda em Palmas](#)
- 03** [Campanha de vacinação do gado indígena começa nesta segunda-feira](#)
- 04** ['Queimaram barracas', diz liderança de índios que ocupam fazenda em MS](#)
- 05** [Índios Tembé apreendem carros e tratores da Biopalma contra contaminação por agrotóxicos](#)
- 06** [MUITO ALÉM DA CULTURA, MAS SOBRE A QUESTÃO DA TERRA](#)
- 07** [Parque Guarani](#)
- 08** [Informe: Assembleia Geral Ordinária da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins \(COEQTO\)](#)
- 09** [Tribunal de Justiça e Marinha levarão Judiciário a população ribeirinha de Corumbá](#)
- 10** [Processos Seletivos Especiais 2014 da UFPA acontecem no próximo domingo](#)
- 11** [Na aldeia, Murilo prestigia festa para crianças indígenas](#)
- 12** [Pela primeira vez, índio é vereador em Aracruz, Norte do ES](#)
- 13** [Refém há 4 dias, coordenador de Dsei em MT foge de aldeia indígena à noite](#)
- 14** [Protesto de moradores bloqueia a BR-135 nos dois sentidos](#)
- 15** [Oficina orienta instituições sobre projetos na área extrativista](#)
- 16** [Dilma cria três reservas ambientais e amplia uma quarta](#)



-
- 17** Geraizeiros em festa: está criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascente das Gerais
 - 18** Lideranças quilombolas recebem ameaças de fazendeiros em Santarém
 - 19** Limão do Curuá ganha escola nova de ensino infantil
 - 20** 13º Encontro de indígenas do Vale do Javari repudiam política anti-indígena
 - 21** Lideranças Guarani e Kaiowá anunciam “Se a justiça não garantir nosso direito, que prepare muitas cruzeiras para o nosso povo
 - 22** Na semana da padroeira do Brasil, pescadores e pescadoras levaram a Campanha pelo Território Pesqueiro à Terra Santa
 - 23** A luta por direitos da Comunidade Caraíbas foi pauta da primeira audiência Pública no município de Pedras de Maria da Cruz
 - 24** Indígenas denunciam estar sofrendo ataques violentos de pistoleiros
 - 25** Terracap firma acordo com famílias indígenas que ocupam Noroeste
 - 26** Encontro na serra do Cipó reúne xamãs, índios e pajés
 - 27** Comunidade indígena Malacacheta aquece os preparativos para IX Festa da Damurida de 2014
 - 28** Lideranças Guarani Kaiowá vão ao STF pedir que sejam ouvidos nas decisões que afetam o reconhecimento de suas terras
 - 29** Ribeirinhos de Baião voltam a plantar banana
 - 30** MG – III Seminário Sobre os Direitos das Comunidades Quilombolas, em Serro



01 Quilombolas de Acará são contemplados com o Minha Casa, Minha Vida
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 13.10.2014

Da Redação
Agência Pará de Notícias

Nesta terça-feira, 14, o escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) em Acará, nordeste do estado, entregará 50 declarações de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf/DAPS) para quilombolas da comunidade Santa Maria do Itacoã-Miri, localizada no Km 24 da Alça Viária.

Os documentos possibilitarão a inclusão imediata das famílias no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Minha Casa, Minha Vida Rural, do governo federal. A intermediação com a Caixa Econômica é feita pela Associação dos Agricultores Quilombolas da Comunidade Santa Maria do Itacoã-Miri (AQCSM).

Na comunidade vivem 120 famílias, cujas principais atividades são o manejo de açaizais nativos, a piscicultura e a produção de mel. Há alguns anos, outros 50 agricultores da Comunidade já haviam sido contemplados pelo Programa, também com o apoio da Emater.

O valor individual do benefício é de R\$ 30,5 mil, destinados diretamente a uma empreiteira credenciada, que deve iniciar as obras ainda este ano. Cada família deverá pagar de volta apenas 4%, em quatro anos, recebendo uma casa totalmente nova, de alvenaria e com banheiro interno, substituindo a atual, de madeira e com banheiro do domicílio. O projeto define, também, sala, cozinha, dois quartos e área-de-serviço.

“Aumentar a qualidade de vida é um grande estímulo para que as pessoas se mantenham na zona rural, produzindo alimentos, inclusive sob o aspecto da sucessão familiar. Além disso é uma política pública que confere dignidade e ajuda os agricultores a qualificar o próprio patrimônio”, diz a chefe do escritório local da Emater em Acará, a engenheira agrônoma Helenice Silva.

Aline Miranda

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará

02 Justiça Federal concede liminar de reintegração de posse de fazenda em Palmas
SÍTIO RBJ PALMAS, 13.10.2014

A Fazenda Santa Maria foi ocupada por índios Kaingangs com base em laudo antropológico.

Escrito por Ivan Cezar Fochzato

Em: Geral, Segurança



Sede da Fazenda ocupada por Kaingangs pela segunda vez no Sul do PR

A Justiça Federal concedeu liminar de reintegração de posse para o agricultor, Miguel Angelo Kovati, proprietário da fazenda Santa Maria que foi ocupada por índios Kaingangs da Terra Indígena de Palmas, sul do Paraná. A decisão ocorreu na noite da mesma data da ocupação na última quinta-feira(10). A Funai – Fundação Nacional do Índio e Ministério Público Federal deverão entrar com recurso contra a decisão. É a segunda reintegração de posse desde 2011 quando ocorreu a primeira invasão.

A chamada retomada pelos índios ocorreu a partir de um laudo antropológico apresentado pela FUNAI que sinalizou que os 90 alqueires fazem parte do território indígena de Palmas. Com base no documento, desde o dia 20 de setembro, ameaçavam invadir a área para cultivar a terra. O atual detentor do título de propriedade teme prejuízos com a lavoura de trigo e danos a infraestrutura da propriedade.

Conforme o Juiz Substituto, Inezil Penna Marinho Junior, da Justiça Federal de Pato Branco, referindo-se ao

CONT.



procedimento de 2011, destaca que o anterior ajuizamento da reintegração de posse julgada procedente, demonstra que o autor exerce a posse do local há longo período. Na ação, o Juiz recomenda cautela no cumprimento da ordem de reintegração de posse, lembrando que na primeira decisão, o mesmo grupo que invadiu a área só saiu do local após forte intervenção da força policial.

Salientou que o cumprimento do mandado pelo Oficial de Justiça, Polícia Federal e Polícia Militar deverá ocorrer somente após a força policial disponibilizar os meios necessários, de modo a preservar a integridade física de todos os envolvidos.

De outra parte, o Cacique que está liderando o movimento, Mauri dos Santos Oliveira, informou na manhã desta segunda-feira(13) através da Rádio Club AM, que já tomou conhecimento da Liminar e que a comunidade já acionou o procurador da Funai e do Ministério Público Federal, que deverão ingressar com recurso contra a decisão ainda hoje(10).

Conforme ele, caso haja a reintegração determinada pela justiça, os índios deixarão o local e montarão acampamento na divisa de suas terras com a requerida fazenda até que haja o julgamento do recurso. Conforme o cacique todas as decisões judiciais serão respeitadas e negou que os índios tenham agido violentamente durante a chamada retomada e nem que estava armados. “Nós não queremos prejudicar ninguém e defendemos que o proprietário seja indenizado pelo governo federal. Estamos amparados pela Constituição e continuaremos lutando”, destacou ele.

03 Campanha de vacinação do gado indígena começa nesta segunda-feira
SÍTIO BV NEWS, 13.10.2014

Serão 15 dias de trabalhos para atender as 16 comunidades que fazem parte do município de Boa Vista
Por - Redação

Fotos: Divulgação



Os indígenas do Estado de Roraima criam gado, mas para comercializá-lo, eles precisam atender as exigências da vigilância sanitária

Inicia nesta segunda-feira, 13, a segunda fase da campanha de vacinação contra febre aftosa e vermifugação do rebanho bovino das comunidades indígenas do Município de Boa Vista. A ação da Secretaria Municipal de Gestão Ambiental, garante aos indígenas a comercialização do gado, que para chegar à mesa da população, deve estar de acordo com as exigências da Lei de Defesa Sanitária Animal. Serão 15 dias de trabalhos para atender as 16 comunidades que fazem parte do município. A equipe da Prefeitura de Boa Vista passará duas semanas na estrada, dormindo em terra indígena.

“Desde 1982 os indígenas do Estado de Roraima criam gado, mas para comercializá-lo, eles precisam atender as exigências da vigilância sanitária. A febre aftosa é a principal ameaça por ser uma enfermidade altamente contagiosa, que se alastra rapidamente”, explicou o superintendente de Assuntos Indígenas, Lucas Lima.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

A ação atinge diretamente a balança comercial, já que a doença regula as exportações brasileiras de carne. Recentemente, Roraima saiu do nível de alto risco para risco médio de febre aftosa. “A nossa intenção é chegar ao risco zero. Na primeira fase da campanha, em abril deste ano, foram vacinados e vermifugados 5.390 animais, de 16 comunidades, em três terras indígenas diferentes”, ressaltou o secretário de gestão ambiental, Daniel Peixoto.



04 'Queimaram barracas', diz liderança de índios que ocupam fazenda em MS
SÍTIO G1, 13.10.2014

*Justiça deu prazo para comunidade sair de fazenda, grupo promete resistir.
Liderança diz que ocupação ocorre após dez anos de sofrimento.*

Ricardo Campos Jr.

Do G1 MS

A comunidade guarany-kaiwá que ocupa uma fazenda em Coronel Sapucaia, a 377 km de Campo Grande, denuncia um ataque que, segundo informou ao G1 a liderança local Ismart Martins, ocorreu no domingo (12). Decisão judicial manda o grupo deixar a área em 20 dias, mas os índios afirmaram, em carta divulgada nas redes sociais, que resistirão à reintegração.

“Antes já haviam ocorrido dois ataques, ataques com pistoleiros. Ontem vieram queimando e destruindo barracas. Nós passamos informações à Fundação Nacional do Índio (Funai) em Ponta Porã, não sabemos o que foi feito”, informa.

O G1 entrou em contato com a Fundação Nacional do Índio (Funai) em Ponta Porã e em Brasília para confirmar o recebimento da denúncia. Até a publicação desta reportagem não houve retorno. Também foi feito contato com as assessorias das delegacias de Polícia Federal de Ponta Porã e em Campo Grande para saber se o caso está sendo apurado, mas a informação, nas duas unidades, é que não haviam denúncias sobre a situação.

Resistência

Segundo Ismart, a comunidade decidiu pela ocupação após viver em uma mata de Área de Preservação Permanente, onde estavam impossibilitados de plantar, morando em locais insalubres e dependendo de cestas básicas disponibilizadas pelo governo.

“Sem resposta, a comunidade retomou a área para que viva dignamente. Foram dez anos de sofrimento, dez anos sem educação de qualidade, sem saúde, sem nada, sofrendo. As crianças, morrendo de desnutrição e de miséria”, conta a liderança.

O guarany-kaiwá relata que a decisão tomada pelo grupo, divulgada por meio da carta está mantida. “A comunidade não vai sair”. Ele está em Brasília acompanhado por um grupo de representantes do conselho

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

indígena Aty Guasu para tentar falar com representante do Ministério da Justiça para denunciar a questão.

Bens materiais

Do outro lado da história, o agricultor Roberto Ramos, arrendatário da fazenda ocupada, tentava negociar junto com a Fundação Nacional do Índio (Funai) a entrada na área para retirar materiais que estavam armazenados no local.

“Eles [indígenas] não aceitam ninguém entrar lá. Se entrarmos, estamos arriscando a vida”, afirma Ramos. “Estou tentando tirar as coisas, pelo menos os insumos”.

O produtor rural é o responsável pela ação em que houve a sentença de desocupação. Conforme o texto da Justiça, se os índios não deixarem a área pacificamente dentro do prazo, poderá haver intervenção policial acompanhada pela Funai e Ministério Público Federal.



05 Índios Tembê apreendem carros e tratores da Biopalma contra contaminação por agrotóxicos
SÍTIO CEDEFES, 13.10.2014

Moradores da Terra Indígena Turé-Mariquita tentam há dois anos obter respostas e compensações para a poluição causada pelo manejo de palma pela empresa, subsidiária da Vale.

O Ministério Público Federal (MPF) enviou manifestação à Justiça Federal pedindo que a Biopalma da Amazônia, agroindústria de óleo de palma que é subsidiária da Vale, participe de uma audiência com os índios Tembê do território Turé-Mariquita, em Tomé-Açu, nordeste do Pará. Desde a semana passada, inconformados com os impactos das atividades da empresa, os índios apreenderam oito carros e tratores da Biopalma. A empresa pediu reintegração de posse na Justiça, mas o MPF se manifestou pedindo uma audiência com as duas partes.

Desde 2012, pelo menos, os Tembê da Turé-Mariquita tentam obter compensações e ações de mitigação para os impactos que sofrem com as atividades da Biopalma da Amazônia. O MPF apresentou à Justiça relatos de reuniões entre os índios e a empresa com várias denúncias de contaminação, com a morte de animais e peixes e várias doenças.

"Adultos e crianças sentem muita dor de cabeça, febre, diarreia e vômito. Estão dispostos a negociar e a ouvir as propostas da empresa. Os alimentos estão ficando contaminados. Antes caçavam nas áreas que são hoje da empresa e hoje são proibidos. A comunidade foi procurar a empresa para reivindicar saneamento e a empresa se recusou, disse que não tinha nada a ver com isso. "Precisamos trabalhar juntos, precisamos de melhoria de vida, peixes e caças mortas depois da aplicação do veneno, antes nós não víamos isso", diz um dos relatos.

Em uma carta enviada esse ano pela comunidade à Biopalma, a empresa também é acusada de não respeitar a distância do igarapé que corta a terra indígena e de desviar água em excesso para suas plantações. "O imenso plantil (sic) de dendê está fazendo com que as nascente (sic) e os igarapés sequem num tempo muito rápido", dizem os índios. "Os igarapés estão em processo de desaparecimento, secando. A cultura do índio é também pular na água, não apenas no chuveiro, como vamos fazer?", perguntam.

Recentemente, o Instituto Evandro Chagas comprovou contaminação por agrotóxico em plantações de dendê, registradas em relatório de perícia feita nos municípios de São Domingos do Capim, Concórdia do Pará, Bujaru e Acará, vizinhos de Tomé-Açu e também tomados por plantações de dendê para beneficiamento pela Biopalma e outras empresas. O relatório, apesar de não tratar especificamente do município de Tomé-Açu, guarda muitas semelhanças com os relatos dos índios.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

O pedido do MPF para que os índios sejam ouvidos pela Justiça em audiência junto com a empresa Biopalma será apreciado pela juíza Hind Ghassan Kayath, da 2ª Vara da Justiça Federal.

Processo nº 29245-40.2014.4.01.3900

Fonte: MPF Pará



06 MUITO ALÉM DA CULTURA, MAS SOBRE A QUESTÃO DA TERRA
SÍTIO BRASIL 247, 13.10.2014

THEREZA DANTAS

Uma luta de quase 10 anos está acontecendo no Quilombo da Fazenda tendo o tema meio ambiente e cultura como cenário e como atores o Poder Público estadual e a comunidade quilombola

Os quilombos foram "inventados" no continente americano em função da Diáspora Africana. Fenômeno histórico da imigração forçada de africanos para fins escravagistas mercantis que ocorreram durante o período da colonização nas Américas, inicialmente eram locais de refúgio de africanos, mas depois juntaram-se indígenas e brancos perseguidos pela Justiça. Conhecidos por outros nomes como Palenques na Colômbia e em Cuba ou Cumbes na Venezuela, os Quilombos em 1740, eram todo o "agrupamento de negros fugidos que passe de cinco, ainda que não tenham ranchos levantados em parte despovoadas nem se achem pilões neles". Hoje os descendentes de escravos que vivem em comunidades rurais passam por um processo de reconhecimento legal por parte de governos e organizações internacionais, mas esses conceitos tem sido ampliados informalmente para as comunidades das periferias das cidades brasileiras.

Uma luta de quase 10 anos está acontecendo no Quilombo da Fazenda tendo o tema meio ambiente e cultura como cenário e como atores o Poder Público estadual e a comunidade quilombola. Localizado no litoral norte paulista, no município de Ubatuba, o Quilombo da Fazenda teve seu reconhecimento publicado pela Fundação Cultural Palmares em Diário Oficial da União no dia 20 de janeiro de 2006. Desde então o processo de Titulação vem se arrastando pelas salas e gavetas da burocracia paulista criando um clima de constrangimento e agora obrigando o Ministério Público Federal a intervir para que o órgão estadual faça a sua parte com eficiência e impessoalidade, dentro da legalidade exigida.

O território do Quilombo da Fazenda foi sobreposto pelo Parque Estadual da Serra do Mar que é administrado pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal, órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. O Parque Estadual da Serra do Mar, criado em 1977, teve sua área ampliada em 2010 de 315.000 hectares para 332.00 hectares. Abrange 23 municípios, vai de Ubatuba até Pedro de Toledo, e é considerada a maior área de proteção integral da Mata Atlântica.

Hoje muitos pesquisadores e ativistas da causa ambiental reconhecem que essa área protegida por lei, só existe porque as comunidades tradicionais como os quilombolas, mantêm dentro do seu modo de vida, o respeito ao bioma onde vivem. O processo de titulação do Quilombo da Fazenda, passa por dois órgãos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

estaduais: a Fundação Florestal e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", o ITESP. O ITESP finalizou em março de 2007 o relatório técnico-científico que conclui que "urge a regularização fundiária do território quilombola para assegurar o direito da comunidade ao livre acesso aos recursos naturais de que sempre dispuseram, respeitando-se a legislação ambiental". Desde então a comunidade aguarda pacientemente pelo "nada a opor" da Fundação Florestal.

Artigo publicado originalmente no site [Preservar é Resistir](#)





07 Parque Guarani

SÍTIO CEDEFES, 13.10.2014

parque-guarani_rio-camaquaQuando Bento Gonçalves se encontra com os Guarani

Rio Grande do Sul. Beira do Rio Camaquã. 1600. Já ia um século da ocupação de Pindorama, mas ainda viviam pelas imediações do rio e da Lagoa dos Patos, os índios Guarani, chamados pelos brancos de Carijós, bem como os chamados Patos. Eles tinham avistado os primeiros homens brancos em 1532 quando uma nau portuguesa entrou pelo sangradouro da Lagoa dos Patos. Receberam os estranhos com hospitalidade. Durante muito tempo os interesses dos brancos se voltaram para regiões mais ricas e essas etnias seguiram vivendo em relativa paz. Quando raiou o século XVIII começaram a chegar algumas famílias propondo-se fixar no sul do novo mundo e os indígenas começaram a se mover. Muitos foram mortos, outros escravizados, e uma boa parte fugiu. No início do 1800 a região já tinha vários agrupamentos de famílias dispostas a desbravar o que chamavam erradamente de “terra de ninguém”.

A chegada de Dom João VI ao Brasil em 1806 deu novo ímpeto para a ocupação de terras consideradas “vazias”, e muitos de seus apadrinhados conseguiram grandes fatias. Um deles foi o alferes Joaquim Gonçalves da Silva, que recebeu a Sesmaria do Cordeiro, na beira do mesmo rio onde se banhavam desde há séculos, os índios Guarani. Joaquim passou a ser dono de terras que a vista humana nem podia alcançar. As 400 braças de terra viraram quatro grandes fazendas: da Barra, do Brejo, Paraíso e Cristal. E foi ali, nas suas terras, que nasceu a cidade de Camaquã. O senhor das terras da beira do rio dos Guarani, mais tarde veio a ser o pai de um dos nomes mais cultuados no estado gaúcho: Bento Gonçalves, líder da revolução farroupilha (1835).

Por aqueles descampados, no que hoje é a cidade de Triunfo, nasceu Bento e foi na estância Cristal que ele iniciou sua trajetória de homem do campo e da guerra. Diz a sua biografia que seu amor era pelo campo, mas uma briga que acabou com a morte do oponente levou o jovem Bento a se alistar no exército. Peleou nas campanhas cisplatinas (1811-1812 e 1816-1821) e também na Guerra de 1825. Foi soldado obediente da coroa até 1834 quando foi denunciado como rebelde. Deputado eleito em 1835, ele lidera a Revolução Farroupilha que começa em 20 de setembro do mesmo ano e dura 10 anos, inaugurando a primeira república em terras portuguesas: a República Rio-grandense.

O tempo passou, a revolução passou, e a família de Bento seguiu dominando toda a região. A cidade de Camaquã cresceu e dela desmembrou-se outro município, em 1988: Cristal, que leva o nome da famosa sesmaria. A cidade é hoje conhecida por abrigar o Parque Histórico General Bento Gonçalves, criado em

CONT.



1972, um espaço de 280 hectares de mata nativa, açudes, campos e banhados. Região de fundamental importância na revolução farroupilha o parque ainda revela as trincheiras cavadas pelos rebeldes e guarda a réplica da casa original do general, na qual ele viveu os últimos anos de vida, hoje transformada em museu.

Pois é justamente esse parque que agora é alvo de uma outra batalha. Ali, surgiu a ideia de criar um espaço temático indígena, em honra dos povos que habitaram o lugar bem antes do homem branco chegar.

O espaço Mbyá Guarani

O projeto foi desenhado por Pedro Eginio Leites de Alexandre, hoje diretor do Parque, que é vinculado à Secretaria de Estado da Cultura. Como a região abriga atualmente duas Tekoas Mbyá Guarani, pareceu natural que o parque pudesse conter elementos culturais dessa etnia. Pedro lembra que em 2012 o museu do Parque Bento Gonçalves realizou uma exposição fotográfica em parceria com o Museu do Índio, do Rio de Janeiro, chamada “Os índios de Darcy Ribeiro”. Nesse evento, além da exposição, foi criada uma programação muito rica de ações educativas sobre a questão indígena. Por conta disso, foi realizado um seminário na cidade de Camaquã, que é a cidade polo na região, buscando disseminar o conhecimento sobre a etnia. Naquela oportunidade as comunidades Mbyá Guarani foram convidadas para participar do seminário e para expor sua arte e cultura. E foi a partir desse momento fecundo, de rodas de conversas, que foi se desenhando a ideia de criar um núcleo de preservação da cultura e de apoio aos povos indígenas.

A movimentação seguiu devagar e, mais tarde, foi criada uma ala indígena dentro do próprio museu Bento Gonçalves, para onde foi levado um acervo de cestaria que estava subaproveitado no Museu de Camaquã. “Eu estava no museu de Camaquã montando uma exposição sobre Luiz Carlos Barbosa Lessa e vi o material. Me disseram que o material não tinha nada a ver com a instituição. Não me contive e pedi que cedessem os cestos para o nosso museu. Imediatamente me entregaram tudo”, conta Pedro Alexandre. A partir desse material foi criada a ala Guarani dentro do Parque Bento, onde também foram realizadas outras ações educativas.

Pouco tempo depois, o governo do Estado trouxe uma família Guarani para conhecer o Parque, sem sequer saber que ali havia um trabalho de recuperação da cultura daquela etnia. Eles conheceram o museu e ainda deixaram alguns presentes que aumentaram o acervo da ala. Mais tarde, o diretor do parque, Pedro Alexandre, foi comunicado de que havia a intenção de alocar, dentro do território do parque, algumas famílias Guarani. Segundo os representantes do governo estadual, havia uma dívida com essa etnia, por conta de obras realizadas e desalojamentos e o espaço da velha sesmária Cristal parecia um bom lugar para a comunidade.

CONT.



Os dias se passaram e a comunidade chegou. Hoje são cinco famílias fixas e outras flutuantes, pois é da tradição Guarani o caminhar pelo território. Muitas ideias fervilharam na cabeça de Pedro Alexandre, mas foi no contato cotidiano com as famílias e as lideranças que começou a se delinear uma ideia que contemplasse a história do Rio Grande Farroupilha – representada pelos donos das terras, Bento Gonçalves, e um Rio Grande indígena. Foi um momento muito rico de construção de uma nova narrativa sobre a história do Rio Grande do Sul. Aquele espaço geográfico não começara com os “gaúchos”. Era ocupado desde há dois mil anos por um povo que tinha uma organização política e uma rica cultura.

O espaço temático

Pedro conta como tudo pareceu se encaixar: “Se Bento Gonçalves conseguiu carimbar este chão com apenas 57 anos de vida, o povo Guarani poderia contribuir muito mais com sua história de dois mil anos. Era hora de dividir aquele espaço”. Segundo ele, estava nas mãos dessa ação conjunta – Parque e Guarani – garantir a compreensão dessa história através de ações educativas e da organização de um acervo cultural.

Mas, enquanto no espaço do parque, os administradores e a comunidade Guarani sonhavam e arregaçavam as mangas para dar início a esse processo de recontagem da história, na cidade de Cristal começaram a aparecer os obstáculos. A prefeita da cidade moveu céus e terra para impedir a criação de um espaço temático Guarani dentro do Parque Bento Gonçalves. Houve até audiência pública, liderada por ela e com a presença de pastores de igrejas pentecostais, para discutir o tema. Jornais, rádios, meios de comunicação, tudo estava contra. Era como se misturar Bento com os Guarani fosse uma heresia. Foram dias difíceis, mais a proposta se manteve em pé e agora já está esboçado o projeto. “O povo Guarani é muito querido no trato com as pessoas. Assim, eles foram visitando a cidade, conversando com os moradores, e acabaram desarmando os espíritos. Hoje, boa parte daquele preconceito já se dissipou”.

A ideia agora, que a foi apresentado para as Secretarias de Estado da Cultura, de Turismo, de Desenvolvimento Rural e de Educação, é criar essa ala temática Guarani bem no cerro do Cristal, espaço que guarda lendas do povo ancestral e que se destaca na paisagem de planície. É justamente no seu entorno que todo o espaço será articulado. Na proposta, construída em parceria com os Guarani e representantes de outras etnias indígenas, bem como com indigenistas, deverá ser erguido um pórtico de madeira bruta, servindo como portal de entrada de um mundo ancestral, mas que segue vivo na cultura. Haverá também uma cerca de madeira roliça, feita de eucalipto, conforme desejo dos Guarani, que envolverá o lugar, onde estarão as árvores sagradas, as plantas medicinais e os elementos que guardam as antigas lendas.

CONT.



Também serão construídas algumas roças, ao estilo Guarani, mostrando o modo de vida comunitário e suas formas de produção. Haverá a demonstração da culinária indígena, a reprodução de uma casa tradicional para que se possa compreender a cultura que se expressa também na construção. Será construída também uma opy (casa de reza), o espaço sagrado da comunidade, onde tudo se cura e ilumina, onde o criador encontra as criaturas.

Ainda será construído um museu específico para a guarda dos elementos culturais e artísticos, um espaço para a mostra do artesanato e um centro de eventos que servirá para encontros, seminários, formação e tudo o mais que a comunidade definir. Esse museu deverá ter a forma de uma casa de joão-de-barro, pássaro típico da região. Haverá ainda espaço para as representações de divindades, dos anciãos, e do fogo da paz. Será erguida uma obra representando o guerreiro Guarani e serão incentivados os grupos de canto e dança.

Tudo isso já está no papel e em processo de preparação. É um grande desafio numa cidade conservadora que tem vivido esse tempo todo da lembrança do grande general farroupilha. Não é coisa fácil para os idealizadores do espaço temático convencer autoridades e comunidade de que as duas memórias podem caminhar juntos. É fato que Bento Gonçalves foi um grande líder, mas também é fato que aquela terra – antes da invasão portuguesa – já abrigou uma vicejante e bela cultura. Toda essa história pode hoje se cruzar e conviver. Isso torna a história um elemento crítico, capaz de alicerçar novos tempos. Compreender a cultura indígena, entender o que se passou e aceitar a presença dessas etnias nos seus espaços tradicionais é construir uma possibilidade concreta de paz. O que aconteceu a mais de 1500 anos atrás não pode ser apagado, mas é possível conviver em harmonia.

É nisso que apostam todos aqueles envolvidos no processo. No parque, tudo parece esperar por isso, as árvores, as flores, os bichos e as gentes. Não resta dúvida de que será uma experiência pedagógica de imenso valor. Não se duvida de que até o espírito do general que, segundo dizem, caminha por ali, já que era fazendeiro por vocação, possa também aprender com os ancestrais Guarani, o valor da vida em comunhão. E que fique claro. Não é uma proposta de composição de classe, coisa que também nunca aconteceu enquanto Bento vivia. É a celebração de um novo tempo, um passo para a convivência harmoniosa de uma história que ainda está sendo escrita.

Fonte: Elaine Tavares – Adital



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

08 Informe: Assembleia Geral Ordinária da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO)

SÍTIO REDE CERRADO, 13.10.2014

A Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO) realizará nos próximos dias 16 e 17 de outubro sua Assembleia Geral Ordinária e o Fórum Quilombola.

A hospedagem, alimentação e atividades da Oficina Assembléia Quilombola serão no Hotel Estrela e na ocasião será eleito um presidente/representante de cada comunidade. O Fórum acontecerá no auditório do Ministério Público Federal.

O projeto de Assessoria ao Movimento Quilombola no Estado do Tocantins custeará as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos representantes das comunidades quilombolas.

Para confirmar participação e esclarecer dúvidas ligar no número (63) 32163484- APATO; 63) 8498-2403 / (63) 92528292 – COEQTO, ou enviar mensagem para o seguinte e-mail: coepto@hotmail.com.

Com informações da COEQTO (13/10/2014)



09 Tribunal de Justiça e Marinha levarão Judiciário a população ribeirinha de Corumbá
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 13.10.2014

Na quinta-feira (9), às 16 horas, no Salão Pantanal, o Tribunal de Justiça concluiu a parceria com a Marinha do Brasil, por intermédio do 6º Distrito Naval, para implantação de proposta inovadora que atenderá a população ribeirinha do Alto Paraguai, Baixo Paraguai e Taquari, além dos distritos de Corumbá, Albuquerque, Amolar, Coimbra, Nhecolândia, Paiaguás (Santa Rosa) e Porto Esperança.

Importante ressaltar que a reunião foi realizada apenas para colher a assinatura do contra-almirante Edervaldo Teixeira de Abreu Filho, do 6º Distrito Naval de Ladário, pois as conversações sobre a parceria já vinham sendo desenvolvidas desde o final do ano passado.

Assim, o projeto beneficiará as populações ribeirinhas da Comarca de Corumbá, em matéria afeta a competência dos Juizados Especiais. A proposta é expandir os serviços judiciários já existentes em Corumbá, por meio de uma embarcação itinerante, que periodicamente percorrerá o Rio Paraguai, para descentralizar a prestação jurisdicional e levar informação à população que reside longe da sede da comarca.

Dos deslocamentos, que serão feitos em navios da Marinha em missão regular pelo Pantanal de MS, devem participar um juiz de direito ou juiz leigo, bem como servidores e segurança, para prestar esclarecimentos, orientação e ajuizar demandas jurídicas in loco.

Sobre a nova parceria, o presidente do TJMS, Des. Paschoal Carmello Leandro, lembrou que, com o projeto Justiça sobre as Águas, o Poder Judiciário pretende se aproximar mais da população ribeirinha, que muitas vezes não tem fácil acesso a Corumbá ou Ladário, ficando sem condições de resolver seu problema jurídico. “Vamos procurar chegar até essas regiões com uma estrutura adequada e, com apoio da Marinha do Brasil, oferecer a essas pessoas a prestação jurisdicional”.

Questionado sobre a expectativa a partir da assinatura do convênio, o contra-almirante afirmou que é muito grande porque a parceria foi uma forma que a Marinha encontrou de, junto com o Poder Judiciário, fazer um atendimento mais completo. “Nós já fazemos um serviço de assistência social com médico e dentista e agora vamos também levar a justiça para o povo do rio. Tenho certeza que muitas dessas comunidades nunca tiveram a justiça tão próxima e ter um juiz tão perto será um grande ganho para essas pessoas”.

Outro a comemorar foi o Des. Marco André Nogueira Hanson, presidente do Conselho de Supervisão dos

CONT.



Juizados Especiais. “A Comarca de Corumbá é muito extensa. É a maior do Estado e, com a implantação dessa proposta, diversas comunidades ribeirinhas vão ter o auxílio e a prestação dos serviços judiciários para resolver seus problemas e conflitos”.

A Comarca de Corumbá é a maior extensão territorial de Mato Grosso do Sul, caracterizada pelo ecossistema de planícies alagáveis, conhecido como Pantanal (Patrimônio Natural da Humanidade concedido pela Unesco - ONU), e também pela divisa internacional do Rio Paraguai, marco natural da fronteira brasileira com os países Paraguai e Bolívia.

Homenagem – Assinada a documentação que regulamentou a parceria, o contra-almirante Edervaldo Teixeira de Abreu Filho recebeu a medalha do Colar do Mérito Judiciário, entregue a personalidades do mundo jurídico e empresarial que se destacaram por sua dedicação à causa da justiça.

A comenda, que é a mais alta homenagem outorgada a pessoas que prestaram relevantes serviços à cultura jurídica ou ao Poder Judiciário, foi instituída pela Resolução nº 249, de 1997 e, desde sua instituição foi entregue a mais de 70 autoridades. Entre os homenageados estão ministros, desembargadores, procuradores e pessoas que colaboraram de forma expressiva com a justiça.

Em agosto foi realizada uma sessão solene para a entrega da honraria, porém o contra-almirante não pode comparecer, razão pela qual recebeu a medalha nesta quinta-feira.

Para quem não conhece, a medalha é dourada, inscrita com o símbolo da justiça (balança e espada), tendo ao centro o contorno do Estado de MS em retículo, contendo em seu interior a figura do Tuiuiú – símbolo do pantanal sul-mato-grossense – ladeadas pelo café frutificado (à direita) e pela erva-mate florida (à esquerda), circundadas pelos dizeres Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul – Mérito Judiciário.



10 Processos Seletivos Especiais 2014 da UFPA acontecem no próximo domingo
SÍTIO VESTIBULAR BRASIL ESCOLA, 13.10.2014

Cerca de 9 mil estudantes participarão da seleção. Locais de prova já podem ser consultados.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) realiza no próximo domingo, 19 de outubro, os Processos Seletivos Especiais 2014 para os cursos de licenciatura em Educação do Campo e de Etnodesenvolvimento e da seleção diferenciada para indígenas e quilombolas. Os Cartões de Inscrição, com os locais das provas, já estão disponíveis.

[Confira o ensalamento Ed. Campo](#)

[Confira o ensalamento Indígenas e Quilombolas](#)

Os processos seletivos serão realizados das 14h às 18h. Candidatos ao curso de Educação do Campo serão condicionados à 40 questões objetivas sobre Língua Portuguesa/Leitura, Matemática, História, Geografia, Física, Química, Biologia e Literatura, além da Redação. Já para indígenas e quilombolas, a seleção será constituída por redação e uma entrevista, que acontece em novembro.

Os participantes deverão se apresentar com antecedência portando documento original de identidade, Cartão de Inscrição assinado e caneta esferográfica de tinta preta ou azul. O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado até 48 horas após a realização da prova. Já a data de divulgação dos resultados ainda não foi informada.

No total, 8.898 candidatos disputarão as 1.035 vagas oferecidas. Destes, 6.171 são para Educação do Campo e 216 são para o curso de Etnodesenvolvimento. Além disso, foram registrados 958 indígenas e 1.553 quilombolas. Outras informações podem ser obtidas nos Editais de [Educação do Campo](#), de [Indígenas e Quilombolas](#), por meio dos telefones (91) 3201-7266 /8386 /8387 ou através do e-mail ceps@ufpa.br.

Por Wanja Borges

11 Na aldeia, Murilo prestigia festa para crianças indígenas

SÍTIO JORNAL AGORA MS, 13.10.2014



Murilo fez a festa da criançada na Vila Olímpica Indígena – Foto: A. Frota

Comemorando o Dia das Crianças (12 de outubro), diversas atividades foram realizadas em escolas e Cras (Centros de Referência em Assistência Social) de Dourados. A Reserva Indígena também promoveu homenagem às crianças através de evento realizado na Vila Olímpica da aldeia Bororó, na sexta-feira, através da Coordenadoria de Políticas Indígenas.

O prefeito Murilo fez questão de prestigiar a comemoração junto com as crianças e entregou brindes, como bicicletas para a garotada. Na entrada da Vila Olímpica cada um recebeu um número e o sorteio para os brindes foi através dessa numeração. A festa começou no período da manhã e só terminou à tarde. A coordenação do evento ainda serviu almoço para todos os participantes.

Durante a festa Murilo parabenizou todas as crianças indígenas pelo seu dia, desejando que cada um aproveitasse bastante aquele momento exclusivo para elas. O prefeito foi convidado pelo vereador Aguilera de Souza, representante da comunidade na Câmara, e participou de algumas danças que representam a cultura indígena, bem como de brincadeiras que a criançada costuma executar na escola.

Em conversa informal com o vereador e ainda com o diretor da Coordenadoria, Leomar Mariano e outras lideranças indígenas, Murilo comentou sobre as ações na área de educação para as aldeias, que são executadas pela prefeitura através de sete escolas municipais. Somente na educação indígena o município atende em torno de quatro mil crianças, além da área social que atende 150 crianças em dois projetos.

O prefeito falou da busca constante por melhorias e lembrou a criação da própria Coordenadoria como fator positivo nesse processo. De acordo com o Murilo, através dela muitos benefícios são e poderão ser levados para a comunidade indígena, principalmente relacionados à políticas voltadas para os menores.



12 Pela primeira vez, índio é vereador em Aracruz, Norte do ES
SÍTIO G1, 14.10.2014

*Ervaldo Santana vai ocupar cadeira deixada por Erick Musso.
Cidade conta com um total de 10 aldeias indígenas.*

Do G1 ES, com informações da TV Gazeta*

<http://g1.globo.com/espírito-santo/eleicoes/2014/noticia/2014/10/pela-primeira-vez-indio-e-vereador-em-aracruz-norte-does.html>

Pela primeira vez na história do município de Aracruz, no Norte do Espírito Santo, um índio vai assumir o cargo de vereador. Com a eleição do vereador Erick Musso para a Assembleia Legislativa, Evaldo Santana passa a ocupar a cadeira na Câmara Municipal em fevereiro de 2015. Nas reuniões com as aldeias indígenas locais para discutir as prioridades do mandato, a saúde é a principal reivindicação.

A aldeia de Caieiras Velhas, de que Evaldo faz parte, comemorou a notícia de ter um vereador indígena na câmara. “É preciso ter um vereador para pensar políticas públicas para a comunidade indígena. A prioridade, que eu penso, para a comunidade é na educação e na cultura. Precisamos ter leis e ações específicas para essas áreas”, falou o índio Vilson de Oliveira.



Ervaldo Santana assume cadeira de vereador em Aracruz (Foto: Reprodução/ TV Gazeta)

Ervaldo se candidatou a vereador pela primeira vez em 2008, mas não foi eleito. Ao tentar novamente em 2012, ficou entre os suplentes. Depois da eleição de Erick Musso para deputado estadual, o índio vai assumir o cargo.

O município tem 10 aldeias e as reuniões entre elas para discutir as prioridades já começaram com inúmeros pedidos e sugestões. “Nós estamos atravessando um momento difícil na nossa saúde indígena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

Falta remédio e falta recursos. Hoje, a nossa prioridade é a saúde”, disse o cacique Manuel dos Santos.

Apesar de posições contrárias na região, o índio José Sizenando falou que não abre mão dos direitos da tribo. “Tem pessoas do município que não aceitam a gente como indígena. Só que a lei federal está lá bem clara. A lei 6.001 diz que nós temos direito à saúde, à educação, à agricultura e a tudo, sendo um povo diferenciado”, declarou.

** Com colaboração de Anelice Sena, da TV Gazeta*

13 Refém há 4 dias, coordenador de Dsei em MT foge de aldeia indígena à noite
SÍTIO G1, 14.10.2014

*Milton Martins de Souza havia sido sequestrado na última quinta-feira (6).
Ele foi resgatado de barco por funcionários do Dsei na noite passada.*

Pollyana Araújo

Do G1 MT



Índios levaram coordenador do Dsei para aldeia em ilha (Foto: Vanessa Lima/ site O Repórter do Araguaia)

Depois de quatro dias feito refém por indígenas da etnia Karajá, o coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de São Félix do Araguaia, a 1.159 km de Cuiabá, Milton Martins de Souza, deixou a aldeia na noite desta segunda-feira (13). Ele havia sido sequestrado na última quinta-feira (9), quando estava na sede do Dsei, em São Félix do Araguaia e levado para a aldeia Fontoura, na Ilha do Bananal, em Tocantins.

Segundo Junahu Karajá, que pertence à comunidade indígena que o sequestrou, o coordenador falou para os índios que iria pescar no Rio Paraguai no final da tarde e, por volta de 19h [20h, no horário de Brasília], foi resgatado por um grupo de pessoas, entre elas funcionários do Dsei, que estavam em um barco. A fuga foi vista por um índio que estava perto do rio e avisou os demais indígenas, que haviam sequestrado o coordenador para reivindicar melhorias na saúde das comunidades da região.

Um funcionário do Distrito disse ao G1 nesta terça-feira (14) que o resgate foi feito com sucesso e que agora os índios estariam supostamente ameaçando invadir a sede do Dsei. A condição imposta pelos indígenas para a liberação de Milton era uma reunião na região com o secretário especial de Saúde

CONT.



Indígena, Antônio Alves, para que ele pudesse verificar de perto os problemas enfrentadas pelos indígenas, entre eles a falta de medicamentos.

Após o sequestro do coordenador, o Ministério da Saúde informou que a Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai) estava acompanhando a situação e que o secretário responsável pela área havia proposto uma reunião com os líderes do movimento para segunda-feira (13), para tratar da situação, com a condição da liberação do coordenador. Porém, nesta segunda informou que a reunião não tinha data marcada para ocorrer.

Junahu Karajá disse que os funcionários levaram o coordenador sem a autorização dos índios. "O Milton falou que iria pescar e, nesse momento, o levaram embora da aldeia", afirmou. Segundo ele, a reunião era para ter sido realizada ontem, mas os 'homens brancos', como ele disse, não apareceram na aldeia.

Conforme os índios, a situação piorou nos últimos cinco anos depois que a gestão da saúde passou a ser administrada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e não mais pela Fundação Nacional do Índio (Funai). "Tem recursos, mas esses recursos não estão chegando até os índios", alegou o cacique da Luiz Carlos Mauri Karajá, da aldeia Santa Isabel, em São Félix do Araguaia, um dia após o sequestro do coordenador.

O Dsei da região Araguaia atende índios de 15 aldeias, sendo sete em Mato Grosso e o restante em Tocantins. Conforme dados da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em 2010 viviam mais de 3 mil indígenas nessas aldeias.

14 Protesto de moradores bloqueia a BR-135 nos dois sentidos
SÍTIO CBN FOZ DO IGUAÇU, 14.10.2014

Por G1 | Para: CBN Foz



Protesto de moradores bloqueia a BR-135 nos dois sentidos (Foto: Reprodução)

Moradores do povoado Cajueiro, no bairro da Vila Maranhão, em São Luís, bloquearam a BR-135 na manhã desta terça-feira (14). O protesto acontece porque, segundo os moradores, as famílias estão sendo ameaçadas por estarem ocupando uma área de propriedade particular.

A Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar estão no local para tentar retirar as famílias da via. Por conta da manifestação, condutores estão impedidos de trafegar no local e já formam um engarrafamento.

A área é objeto de projeto de instauração da Reserva Extrativista do Tauá Mirim, havendo ações judiciais propostas pelo Ministério Público Federal e pela Defensoria Pública do Estado na defesa das comunidades afetadas.

Publicado em [Maranhão](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

15 Oficina orienta instituições sobre projetos na área extrativista
SÍTIO PORTAL BRASIL, 14.10.2014

Conservação

Capacitação para o edital Ecoforte acontecerá nos dias 30 e 31 de outubro, em Brasília. Inscrições abertas por Portal Brasil

Estão abertas, a partir desta segunda-feira (13), as inscrições para a oficina de capacitação para o edital Ecoforte Extrativista. O evento será promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o BNDES e a Fundação Banco do Brasil (FBB), nos dias 30 e 31 de outubro, em Brasília, na sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O gerente de Agroextrativismo do MMA, Gabriel Domingues, explica que o objetivo é detalhar os principais pontos do edital, principalmente em relação à elaboração dos projetos e à documentação necessária para que a entidade representativa dos extrativistas se qualifique para concorrer aos recursos disponíveis.

Para se inscrever, os interessados devem enviar o currículo para endereço eletrônico cgpt.disat@icmbio.gov.br. O limite é de 30 participantes. O evento será transmitido via internet e gravado para disponibilização nos sites do ICMBio, MMA e FBB.

Sobre a chamada

O edital Ecoforte Extrativista oferece R\$ 6 milhões, em recursos não reembolsáveis, para empreendimentos econômicos coletivos em Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável no bioma Amazônia. O edital vai contemplar projetos que fortaleçam a produção de base extrativista, nas áreas de beneficiamento ou comercialização de produtos provenientes do uso sustentável da sociobiodiversidade.

O edital está de acordo com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), criado em novembro de 2013. O MMA é signatário do Acordo de Cooperação Técnica que criou o Ecoforte, celebrado entre a Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

A cooperação também envolve a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil S.A e a Fundação Banco do Brasil.

Fonte:

[Ministério do Meio Ambiente](#)



16 Dilma cria três reservas ambientais e amplia uma quarta
SÍTIO JORNAL DE HOJE, 14.10.2014

Criticado pelo setor ambientalista pela falta de criação de unidades de conservação, o governo Dilma Rousseff publicou ontem decretos estabelecendo as suas três primeiras iniciativas do gênero na Amazônia.

Os decretos instituíram três reservas extrativistas marinhas no Pará e ampliaram outra já existente no Estado, em um total de cerca de 60 mil hectares. Tratam-se da Resex Marinha Mocapajuba, com 21 mil hectares, em São Caetano de Odivelas; Resex Marinha Mestre Lucindo, em Marapanim, com 26,4 mil hectares; e a Resex Marinha Cuinarana, em Magalhães Barata, com 11 mil hectares. Também houve ampliação da Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba, em Augusto Corrêa, que acrescentou 50,5 mil hectares à sua área, antes de 11,5 mil hectares. Havia também a expectativa do setor ambiental da instalação de outra unidade, a estação ecológica Maués, no Amazonas, mas que não saiu.

A política das unidades de conservação é considerada por ambientalistas como importante para a preservação ambiental desses territórios. São áreas mais protegidas para o uso sustentável dos recursos naturais, sujeitas a normas especiais. Mesmo com a criação desses três núcleos, porém, a gestão Dilma é até agora a que menos criou unidades de conservação desde o governo Ernesto Geisel, de 1974 a 1979. (das agências)

17 Geraizeiros em festa: está criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascente das Geraís
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.10.2014

Por CombateRacismoAmbiental



Em junho, a greve de fome e sede em Brasília. Hoje, a vitória dos geraizeiros e do povo do cerrado

Notícia boa de fim de noite que chega através de Carlinhos Dayrell, do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas:

Pessoal, acabamos de receber esta mensagem de Thiago Garcia, da Secretaria Geral da Presidência: “Com grande alegria informo em primeira mão que a Presidenta Dilma acaba de assinar o Decreto de criação da RDS Nascente das Geraís. Não se vai dar tempo de sair no Diário Oficial de amanhã, mas no mais tardar na quarta-feira sai publicado. Assim que tiver uma cópia do decreto encaminho para vocês. Parabéns por essa vitória e pela luta de vocês!!”

Esta vitória, fruto da resistência e persistência das comunidades geraizeiras da região do Alto Rio Pardo, do Movimento Geraizeiro, da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais e da Rede Cerrado foi possível pela imensa rede de solidariedade que se formou em torno da luta dos extrativistas brasileiros pelo seu reconhecimento.

Muitas e muitas mãos teceram os caminhos percorridos, laços foram estabelecidos desde a Amazônia, com

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

os extrativistas do CNS. Alianças foram estabelecidas quando se elegeu a luta – tendo a criação da RDS Nascentes Geraizeiras como um emblema das demandas dos extrativistas brasileiros, do movimento socioambiental.

Pedimos para divulgar e desde já reforçamos o convite para debatermos em Montes Claros nos dias 15 e 16 de outubro, durante o Encontro da Agrobiodiversidade, uma pauta do Movimento Socioambiental para enfrentamos e contribuirmos frente a este contexto de grave crise societária que vivem o Brasil e o planeta.

Carlinhos Dayrell – pela equipe do CAA NM



18 Lideranças quilombolas recebem ameaças de fazendeiros em Santarém

SÍTIO CEDEFES, 14.10.2014

s tensões e ameaças a lideranças comunitárias são constante na região Oeste do Pará. Muitas comunidades lutam pela titulação dos território tradicionais há mais de 10 anos.

“Já recebi três bilhetes, dizendo que cada passo do processo de titulação é um passo meu para o cemitério”, denuncia João Lira, presidente da Associação Quilombola do Murumuru, comunidade localizada às margens do Lago do Maicá, município de Santarém, Oeste do Pará. As ameaças vêm de fazendeiros da região contrários à titulação do território tradicional. Moradores da comunidade relatam que alguns fazendeiros chegaram a falar que eles deveriam deixar de ser quilombolas.

As tensões se agravam conforme o processo de regularização da área avança. A luta pelo direito ao território se estende por mais de uma década, tempo de tramitação do processo de titulação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), cuja finalização é umas das etapas finais no processo de titulação, deve ser publicado em breve.

A Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS afirma que a ameaça a uma liderança quilombola é uma ameaça a todo o movimento quilombola. A FOQS também pede o apoio para que as denúncias sejam apuradas e o caso divulgado às autoridades. “Os quilombolas estão em busca de um direito que é seu, garantido na Constituição”, defende Franciney de Oliveira, presidente da Federação.

Cerca de 400 pessoas vivem em Munumuru, sobrevivendo da venda de açaí, farinha, dos derivados da mandioca e da pesca. A cada ano a comunidade realiza o tradicional Festival do Açaí, que está 19ª edição.

Ameaças recorrentes

As tensões e ameaças a lideranças comunitárias são constante na região. Na comunidade quilombola Arapucu, servidores do INCRA também sofreram desacato por latifundiários, que tentam impedir a titulação do território. A morosidade nos processos de titulação amplifica o problema e fragiliza a sobrevivência física, social, econômica e cultural de 12 comunidades em Santarém.

Josielson Costa, da CPT, relata que as tensões nas comunidades quilombolas estão aumentando, o que torna mais grave a omissão dos órgãos governamentais, entre eles a própria Polícia Federal. “Isso precisa melhorar muito, porque estamos falando de seres humanos, de garantir a dignidade das pessoas”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

A morosidade na titulação de territórios quilombolas na região resulta em um quadro preocupante, que deixa em risco mais de 2.800 famílias: das 65 comunidades da região do Baixo Amazonas, apenas 7 foram tituladas, a última delas há 10 anos.

Fonte: <http://terradedireitos.org.br>



19 Limão do Curuá ganha escola nova de ensino infantil

SÍTIO CHICO TERRA, 14.10.2014

PUBLICADO POR CHICO TERRA

No distrito do Bailique, a comunidade do Limão do Curuá ganhou nova escola de educação infantil, inaugurada pelo prefeito Clécio Luís e pelo diretor-presidente da multinacional Sambazon, Miguel Jorge Houat, na última quinta-feira, 9. O espaço irá melhorar o atendimento às crianças, aos pais dos alunos e o trabalho dos funcionários, dando-lhes a garantia de um lugar agradável, seguro e propício para o desenvolvimento e aprendizado.

Antes da reestruturação, o ensino infantil no Limão do Curuá funcionava em prédio de madeira, que se encontra completamente deteriorado, tomado de casas de cupins e localizado numa área mais distante que a atual. A partir desta segunda-feira, 13, as aulas passaram a ser mais alegres, os alunos deixaram o antigo prédio para viver uma nova realidade na escola recém-construída. No momento, serão atendidas apenas 29 crianças (as já matriculadas na rede), mas passará para 250 vagas em 2015, capacidade para a qual foi construída.

A nova escola encantou a comunidade, que ansiava há muito tempo pela mudança. “Não havia mais como mandarmos nossos filhos para aquele lugar, não tinha segurança para os nossos filhos. Várias vezes foram encontradas cobras e outros animais peçonhentos, mas esta escola nova está linda. Móveis novos, biblioteca completa, uma horta maravilhosa, cozinha e até espaço para o lazer. Amei tudo”, disse com alegria e esperança renovada Marly Maciel, cujos dois filhos estudam na escola de ensino infantil do Limão do Curuá.

Parceria pela reconstrução

A escola, que receberá o nome da professora Claudete Mota da Rocha, assassinada na comunidade do Jaburuzinho, em 2009, tornou-se realidade através da parceria entre a Prefeitura de Macapá e a empresa Sambazon, multinacional americana, produtora de polpa de açaí orgânico, atuante no Amapá faz nove anos. A filha da professora Claudete, Simone Rocha, representou a família e, muito emocionada, descerrou a placa em homenagem a sua mãe. A multinacional reverteu 170 mil reais de seus lucros na construção como forma de compensar a comunidade pela atividade que vem executando na região, integrando-a ao programa social da empresa. Por sua vez, a Prefeitura de Macapá, através da Secretaria Municipal de Educação (Semed), forneceu todos os equipamentos necessários ao funcionamento. São 5 salas de aula; copa com dispensa; 4 banheiros; sala da direção; biblioteca completa, com mais de 300 títulos, incluindo o

CONT.



projeto Arca das Letras; secretaria e horta.

Jenifer da Gama Mourão, de apenas 7 anos de idade, assim como outras crianças, não aguentou esperar a solenidade de inauguração para fazer o reconhecimento de cada espaço onde passará a estudar. Alunos e pais tomaram cada sala, e o sorriso largo demonstrava a aprovação. “Eu quero logo estudar aqui, tá muito bonito. Gostei mais da biblioteca e da horta. E as carteiras são novas, né? Que lindo! Vou querer ler todos os livros da biblioteca”.

Trabalho de muitas mãos

A caravana da Prefeitura de Macapá saiu da capital na quarta-feira, 8. Eram 49 funcionários das secretarias municipais de Educação (Semed), de Assistência Social (Semast), de Obras e Infraestrutura (Semob), de Saúde (Semsu), de Manutenção Urbanística (Semur), de Mobilização e Assuntos Extraordinários (Semaex) e da Coordenadoria de Comunicação empenhados em organizar as ações que antecederam a solenidade oficial de inauguração, o durante e também o depois. Ao chegar ao destino, já na manhã de quinta-feira, a equipe deparou-se com um vilarejo de pouco mais de 400 habitantes e umas 125 casas, segundo o representante do Limão do Curuá, Juvenil Santos. Os serviços estavam a todo o vapor para deixar a escola pronta para ser entregue aos seus moradores.

Dos Estados Unidos, nove jovens ligados a Whole Foods Market (rede de supermercados de comida integral) vieram ajudar voluntariamente e, com os pedreiros, marceneiros, mestre de obras e demais funcionários contratados pela Sambazon (um total de 40 pessoas da própria comunidade que se revezavam de quinze em quinze dias), “meteram a mão na massa”. Eles foram os responsáveis pela construção direta do espaço da horta, pelas artes nas lixeiras feitas de latões e pela pintura retratando a comunidade do Bailique na parede da sala de recreação. Com os americanos e a mão de obra do Limão do Curuá, a comitiva da prefeitura reforçou a equipe, e todos foram incansáveis no cuidado da arrumação de cada sala, de cada espaço, carregando, limpando, varrendo. Crianças e outros moradores da região também se somaram à equipe. Todos estavam animados para ver a escola ganhar vida.

“Trabalhamos em parceria com a Sambazon e viemos pra cá com a intenção de nos integrar, de conhecer uma nova realidade e de ajudar a construir um sonho. Passamos os quatro dias finais das obras e nos encantamos com tudo. A comunidade nos recebeu de braços abertos, nos comunicamos por meio de gestos e nos entendemos. Estamos felizes em fazer parte deste momento, trazendo uma escola de qualidade para esta comunidade tão distante do centro da cidade e que precisa de tão pouco para ser feliz”, disse Scott Nemeth, coordenador da equipe da Whole Foods.

Inauguração

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

Tudo pronto, e a solenidade teve início com a apresentação das cantoras Brenda Melo e Silmara Lobato, acompanhadas dos músicos Taronga e Fábio Mont'Alverne, que entoaram os hinos nacional e de Macapá. Miguel Jorge Houat, diretor-presidente da Sambazon, ressaltou que a construção faz parte do Programa Social da empresa. "Com essa, são quatro as escolas entregues em comunidades ribeirinhas onde atuamos, e é com muita satisfação que entregamos a vocês da comunidade essa obra, possível somente com a parceria da prefeitura".

O subsecretário da Semed, Hildomar Santos, assinalou a relevância da nova estrutura como instituição. "Para nós, também é uma satisfação. Esta escola está equipada para dar um ensino melhor aos seus filhos, e terá toda a nossa atenção". O prefeito Clécio Luís disse que entregava uma escola onde se precisava de escola. "Nosso agradecimento eterno à Sambazon, porque o que será construído aqui é educação, instrumento eterno de conhecimento. Estamos resgatando a importância que o povo e o distrito de Bailique têm para Macapá e para o Amapá. Quero pedir a todos, mas em especial às crianças, que cuidem desse espaço, porque é de vocês, para vocês".

Mais investimentos para o distrito de Bailique

A Prefeitura de Macapá tem a previsão da construção de uma UBS na Vila Progresso, recurso de emenda da deputada Dalva Figueiredo, no valor de R\$ 773 mil; reforma do posto de saúde na comunidade Freguesia do Bailique, fruto de emenda de R\$ 124.800,00 do senador Randolfe Rodrigues e mais R\$ 800 mil da emenda da deputada Fátima Pelaes, e contrapartida de R\$ 48 mil da prefeitura para a construção de um quilômetro de passarela no Projeto de Assentamento Agroextrativista durável da Ilha do Brigue (Paad), no Bailique.

Rita Torrinha/Asscom PMM

Fotos: Max Renê

Asscom Prefeitura Municipal de Macapá

Contato: (96) 8802-1358

Twitter: @PMMacapa

Página no Facebook: <http://www.facebook.com/PrefeituradeMacapa>

Instagram: @prefeiturademacapa

Site: www.macapa.ap.gov.br



20 13º Encontro de indígenas do Vale do Javari repudiam política anti-indígena
SÍTIO CEDEFES, 14.10.2014

Nós, lideranças indígenas reunidos na Aldeia Flores, no 13º Encontro de Lideranças Indígenas da Região do Vale do Javari, falamos para todos os povos do Brasil, que:

Nós, lideranças indígenas reunidos na Aldeia Flores, no 13º Encontro de Lideranças Indígenas da Região do Vale do Javari, falamos para todos os povos do Brasil, que:

Primeiro: estamos comprometidos com a defesa dos direitos dos nossos parentes. Queremos demonstrar nosso inconformismo, nossa indignação com a política indigenista de nosso país, bem como com as políticas públicas de saúde indígena de nossa região, e apresentamos nossas reivindicações, principalmente para chamar a atenção das autoridades públicas, em particular, e da sociedade brasileira em geral.

Segundo: pedimos respeito ao Direito Constitucional à “posse permanente” e ao “usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos” das terras indígenas, que devem ser reconhecidos e garantidos e, nesse sentido, devem ser adotadas medidas efetivas de proteção à posse da terra aos Povos Indígenas, com procedimentos adequados de fiscalização.

Terceiro: pedimos a revogação da Portaria 303 da Advocacia Geral da União, pois viola direitos indígenas constitucionais visto que retira dos indígenas o pleno direito de consulta sobre as medidas administrativas e legislativas que os afetem diretamente, direito este também reafirmado na Convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho (OIT). Além disso, tal medida legislativa afronta o direito originário à terra, porque, se voltar a vigorar irá rever processos demarcatórios já homologados.

Quarto: demonstramos nosso repúdio ao Projeto de Lei 1610/1996, que regulamenta a mineração em terra indígena, pois afronta o direito de consulta, direito assegurado constitucionalmente, uma vez que transfere a uma Comissão formada por não indígenas a decisão final no processo de mineração em terras indígenas; e solicitamos que a regulamentação da mineração em seja discutida e revista junto à tramitação do Estatuto dos Povos Indígenas, que deverá ser inédita frente à conjuntura política indigenista atual.

Quinto: Considerando as condições econômicas, geográficas, sociais e culturais indígenas, percebemos o quanto o governo não respeita os Povos Indígenas neste 13º Encontro de Lideranças dos Povos Indígenas do Vale do Javari, onde graves denúncias foram relatadas através do testemunho de diversas lideranças

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

indígenas bem como de coordenadores do movimento Indígena. E que demonstraram as violações aos direitos dos povos Indígenas. Por todo o exposto, reiteramos nosso repúdio; e solicitamos ao governo federal e demais órgãos responsáveis, para que sejam adotadas as ações administrativas e jurídicas necessárias ao pronto cumprimento dos direitos indígenas da região do Vale do Javari.

Sexto: Considerando o andamento da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 215, que mais uma vez afronta o direito dos povos indígenas, quanto às mudanças na demarcação de suas terras tradicionalmente ocupadas, onde a consulta aos povos indígenas não está sendo realizada, ou seja, o governo demonstra que não respeita os povos indígenas e destrói nossas florestas, nossas riquezas.

Por fim, nós, povos indígenas, nos sentimos tratados como imigrantes forçados, exilados em nossas próprias terras! A vida no exílio, imigrações enquanto projeto de vida. Imigração, enquanto imposição de projetos externos. A defesa da mãe natureza bem como a garantia dos territórios e das terras, são as condições primeiras para nossa sobrevivência física e cultural!

Nós, do Vale do Javari, queremos respeito dos membros do governo para com os povos indígenas deste país.

Atalaia do Norte (AM), 21 de agosto de 2014.

Fonte da notícia: Organização Geral dos Mayuruna

Fonte: <http://www.cimi.org.br>



21 Lideranças Guarani e Kaiowá anunciam “Se a justiça não garantir nosso direito, que prepare muitas cruzes para o nosso povo
SÍTIO CIMI, 14.10.2014

Fonte da notícia: [Matias Rempel-Cimi Mato Grosso do Sul](#)

Enquanto os anos passam e as demarcações das terras indígenas seguem paralisadas por determinação governamental, a situação de martírio e profunda vulnerabilidade vivida por milhares de famílias Guarani e Kaiowá aumenta drasticamente. A cada dia, no Mato Grosso do Sul (MS), o descaso dos órgãos responsáveis por garantir os direitos e a segurança das comunidades indígenas produz efeitos de um rápido e velado extermínio. As denúncias de ataques diretos sofridos pelas comunidades Guarani e Kaiowá são sistematicamente ignoradas enquanto crianças e jovens indígenas perecem todos os dias por falta de condições básicas de vida.

Desprovidos de esperança quanto ao cumprimento voluntário das atribuições da Justiça na continuidade dos procedimentos demarcatórios, mais de 40 lideranças Guarani e Kaiowá somadas a representantes da etnia Terena partiram neste último domingo, dia 12 de outubro, para Brasília, onde de forma direta e definitiva, irão cobrar medidas do governo federal e dos órgãos ligados aos Direitos Humanos referentes à garantia de seus direitos constitucionais e, sobretudo, de sua segurança física. As lideranças Guarani e Kaiowá das nove terras Indígenas do MS que partiram para Brasília (Taquara, Arroio Corá, Guyrá Kambi'y, Guyrároka, Kurussu Ambá, Guaiviry, Laranjeira Nhanderu, Jagua Piru, Mykuréati), através de um documento emitido pelo Grande Conselho da Aty Guasu, passam a representar todas as aldeias Guarani e Kaiowá do estado.

A viagem da comitiva de lideranças mal havia iniciado quando ligações advindas de diversas comunidades Guarani e Kaiowá começaram a desenhar para os caciques e rezadores um cenário de terror e desespero. Notícias referentes a ataques de jagunços armados e mortes de crianças e jovens atravessaram as ondas telefônicas e chegaram ao grupo de viajantes como uma comprovação inquestionável da necessidade das lideranças em arrancar uma posição definitiva do governo federal.

A primeira notícia partiu da aldeia de Laranjeira Nhanderu. Um jovem de 14 anos, chamado Ismael Mariano de Lima, morreu ontem, dia 12, vítima de atropelamento no mesmo trecho da estrada em que a liderança conhecida como Zezinho também foi atropelada. A morte do jovem gera inconformidade no povo Guarani e Kaiowá, uma vez que, não tendo suas terras demarcadas, a proximidade com as rodovias é uma dura realidade para muitos de seus filhos e filhas. Ademais, os indígenas não esquecem os oito atropelamentos ocorridos nas proximidades da aldeia Apykai ocorridos de 2002 para cá, sendo que sete

CONT.



deles ocorreram a partir de 2011. Para a comunidade, práticas tão recorrentes não podem ser consideradas simples eventualidades.

Logo após, informações preocupantes chegaram também da aldeia Guaiviry. Nas duas últimas madrugadas, três veículos (caminhonetes) se mantiveram parados no portão que dá acesso à aldeia até bem próximo do amanhecer, mantendo uma espécie de vigília e coagindo os indígenas a não saírem de suas moradias. Os mesmos veículos já haviam sido visualizados pelos indígenas no dia 24 de setembro deste ano. Na ocasião, naquele mesmo dia, as lideranças da comunidade haviam prestado depoimento para a justiça federal de Ponta Porã em audiência a respeito do assassinato de sua antiga liderança Nísio Gomes. Nísio foi executado, em novembro de 2011, por jagunços contratados pelos fazendeiros da região que desrespeitaram determinações judiciais. Enquanto a polícia não toma nenhuma providência, quase a totalidade da comunidade encontra-se em estado de alerta permanente, sem conseguir dormir.

A terceira notícia veio da Terra Indígena de Puelito Kue. Os indígenas informaram que a aldeia se encontra totalmente cercada por um grupo de fazendeiros, que os mantém em cárcere. Eles se organizam para preparar a terra para mais um plantio de monocultura e vem devastando parte da mata que se encontra dentro dos domínios do povo originário. Em meio ao caos, os indígenas foram informados ontem (13) pela manhã sobre o falecimento de uma menina que ainda não havia completado seu terceiro ano de idade. De nome Mikaeli Flores, a pequena deixou este mundo por conta de desnutrição, fome profunda e ingestão de água imprópria para o consumo.

Ainda mais drástica, encontra-se a situação das mais de 50 famílias que vivem na Terra Indígena de Kurussu Ambá. As famílias, que por situação de profunda miséria retomaram uma pequena parte de sua terra tradicional no dia 22 de setembro para poder plantar e combater a fome, encontram-se à beira de um genocídio que tem sido há muito anunciado. Para além de uma determinação de despejo advindo de decisão da Justiça Federal previsto para o dia 26 deste mês, a comunidade foi novamente atacada por jagunços armados nas tardes da última sexta- feira (10) e do sábado (11).

Na tarde de sexta feira, cinco jagunços se aproximaram em uma caminhonete, sendo que dois deles portavam armas de fogo e as exibiam da carroceria do veículo. Foram até o local onde os indígenas se encontram acampados e pela segunda vez rasgaram a cortina de facão as barracas do povo Kaiowá. Apesar de dispararem diversas vezes para amedrontar os indígenas, os Kaiowá resistiram e novamente expulsaram os jagunços que se refugiaram, como da outra vez, no interior da fazenda conhecida como Madama. No sábado, aproximadamente às 14 horas, os mesmos jagunços atearam fogo no gramado dos campos que levam até o acampamento dos indígenas. O fogo alastrou-se com rapidez e acabou por queimar mais quatro barracas do povo Kaiowá. Os indígenas denunciam que a Polícia Federal, chamada

CONT.



diversas vezes ao local, nunca compareceu, mesmo quando, em determinado momento, o órgão teve sua presença solicitada pela própria Justiça Federal.

Para as lideranças, a ligação entre estes diversos ataques e situações não pode ser ignorada ou tratada como um conjunto de problemáticas isoladas. O aumento da violência e dos ataques por parte dos fazendeiros bem como as condições de vulnerabilidade vividas pelas comunidade indígenas são consequências diretas da paralisação das demarcações e funcionam como uma espécie de “política de frente”, enquanto as tentativas de desmontes via caminhos institucionais são promovidos tanto pela bancada ruralista dentro do Congresso Nacional como pelo próprio poder executivo, em especial pela Advocacia Geral da União (AGU).

As lideranças observam que pouco a pouco o cerco vai se fechando e os preceitos que endossam as portarias (como a 303, da AGU), projetos de leis (PL) e projetos de emendas constitucionais (PEC) tornam-se prática política dos setores jurídicos que julgam o desenvolvimento dos processos demarcatórios ou mesmo da permanência dos mesmos junto às suas terras tradicionais. Neste sentido, os princípios de tradicionalidade e demais direitos conquistados junto à Constituição Federal de 1988 vão sendo negados, abrindo precedentes e reforçando a validade na prática das propostas de modificação dos princípios demarcatórios.

Pouco a pouco diversas vozes de diferentes setores jurídicos vão se encontrando e decisões, até então, não vinculantes como as condicionantes da Terra indígena Raposa Serra do Sol passam ser uma jurisprudência quase que mecanicamente aplicada nas mais diversas situações. A decisão por parte da Justiça Federal em decretar a reintegração de posse contra a comunidade de Kurussu Ambá, por exemplo, é baseada em sua essência na interpretação equivocada do marco temporal, que prevê que o reconhecimento do direito dos indígenas a terras que tradicionalmente ocupassem estaria condicionada à sua habitação ao tempo da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O mesmo Marco Temporal foi utilizado igualmente pela segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF) para anular os aspectos de tradicionalidade de uma fazenda garantida pela União como terra de posse imemorial da etnia Kaiowá e Guarani. Trata-se da Terra Indígena Guyrároka. O mais difícil para as lideranças é que, no caso de Guyrároka, o marco temporal foi aplicado de maneira tão arbitrária que nem ao menos a comunidade indígena teve voz dentro do processo. Desta forma, sem a posição dos indígenas, não se conhece a história do local e há uma uniformização das decisões aplicadas a diferentes realidades. Para os representantes da terra indígena em questão, que na semana passada estiveram em Brasília, a decisão parece muito mais um aceite da contestação dos fazendeiros do que uma reflexão e decisão tomada a partir da ciência ampla dos ministros.

CONT.



A validação de uma interpretação equivocada do marco temporal e as últimas posições de parte do Supremo Tribunal Federal (STF) estão entre os principais motivos da vinda desta comitiva de lideranças Guarani e Kaiowá para Brasília. Sobre o marco temporal, a posição dos indígenas é unânime e pode ser bem compreendida nas palavras da liderança Ava Kaaguy Rete: “A coisa está tão absurda que hoje querem nos penalizar por termos sido expulsos de nossos territórios. Querem que assumamos a culpa pelo crime deles. Eles nos levavam de caminhão para Jagua Piru, para Bororó, para todas as reservas. Durante décadas nos expulsaram de nossa terra à força e agora querem dizer que não estávamos lá em 1988 e por isso não podemos acessar nossos territórios? Isso é grave, deveria ser crime”.

Quanto as decisões do STF, Ava Rendy Poty’Ju desabafa: “Os ministros deveriam estar fazendo cumprir a Constituição, garantindo nossos direitos previstos na Constituição e não cedendo à pressão dos ruralistas e nos deixando sem terra. Eles eram nossa última esperança, mas estando deste jeito só nos sobra a retomada de nossos territórios, só resta a nossa luta”.

Estando cansados de sofrer, as lideranças vieram a Brasília para dizer para as autoridades que os Guarani e Kaiowá não tolerarão mais a paralisação das demarcações e nem aceitarão decisões baseadas em interpretações equivocadas do marco temporal. Se forem estas as posições das autoridades em Brasília, as comunidades indígenas iniciarão imediatamente a retomada de seus territórios.

Para os indígenas não é possível respeitar decisões do STF que venham no sentido contrário aos direitos constitucionais de seus povos. Na opinião do povo Kaiowá e Guarani, parte do STF está anunciando uma guerra contra os povos indígenas, se rendendo às mesmas pressões da bancada ruralista que levou a Presidência da República a atuar no desmonte dos direitos originários. O ponto em que chegou a justiça é tão crítico que parte das lideranças perdeu completamente a crença na esfera jurídica, acreditando que é apenas através da resistência direta que os indígenas terão acesso aos seus territórios tradicionais.

Outra reivindicação do povo Kaiowá e Guarani é referente ao abandono dos órgãos responsáveis quanto à segurança dos povos indígenas. Segundo a liderança Ava Jeguaka Rendy’ju, da Terra indígena Kurussu Ambá: “O governo federal tem sido responsável pela morte de nossas lideranças. Nós estamos novamente frente a um genocídio anunciado. Os jagunços andam com armas todos os dias e a Polícia Federal nos abandonou para morrer”. Ava Jeguaka Rendy’ju anuncia que a vinda a Brasília será a ultima tentativa da comunidade de garantir seu direito e a proteção de seu povo evitando os conflitos que já se desenham no horizonte e afirma: “Se a justiça não garantir nosso direito, que prepare muitas cruzes para o nosso Povo, pois ela será culpada por todo sangue que correr. Estamos defendendo o que é nosso e lutando pela vida de nossos filhos e filhas. Não há nada mais justo que isso. Não é apenas Kurussu Ambá, todas as comunidades estão decididas a lutar pelos seus Tekoha até o fim. Ou o governo e a Justiça demarcam

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

nossas terras ou que nos enterrem de vez nelas. Esta é nossa ultima palavra”.

As lideranças terão uma longa agenda na capital federal e em forma de luta e de reivindicação levarão para cada repartição do STF, Ministério da Justiça (MJ), Congresso e demais instâncias as vozes que não estão sendo escutadas nem dentro dos processos e das decisões da Justiça, nem pelos órgãos do governo. É a voz dos povos originários que clama secularmente por justiça, por dignidade e pelos direitos por eles conquistados, porém nunca cumpridos. Que ouçam suas vozes, pois o novo silêncio do governo significará a necessidade de rompimento do silêncio para milhares de Guarani e Kaiowá por todos os cantos do Mato Grosso do Sul.

22 Na semana da padroeira do Brasil, pescadores e pescadoras levaram a Campanha pelo Território Pesqueiro à Terra Santa

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.10.2014



[Campanha pelo Território Pesqueiro](#)

Entre os dias 8 e 12 de outubro, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) esteve na cidade de Aparecida, São Paulo, com a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. A simbologia do período remota aos pescadores que, no ano de 1717, encontraram a padroeira do Brasil nas águas do rio que banha o município, o Paraíba. Se apropriando desse fato histórico, o movimento fez um esforço conjunto para coletar assinaturas em prol do abaixo-assinado da Campanha, além de participarem de atividades religiosas da ocasião em homenagem à Santa negra.

Com o apoio do Santuário de Aparecida, os pescadores e pescadoras colocaram três espaços para a coleta de assinaturas espalhados pela Basílica. Foram quatro dias perpetuando a mensagem da Campanha e sensibilizando fiéis de diversos estados do país para a causa da defesa do território pesqueiro tradicional.

Além da coleta de assinaturas, o movimento ainda se envolveu com outras atividades no período. Na manhã do dia 10, um grupo com quatro integrantes do MPP participou de um programa televisivo da TV Aparecida, transmitido para todo o Brasil. Nele, os pescadores pediram as bênçãos de Nossa Senhora Aparecida para a Campanha e tiveram um espaço para divulgar a causa.

Já no sábado dia 11, o grupo visitou o Rio Paraíba em um momento de conhecimento histórico e de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

simbologia forte para as comunidades pesqueiras. No mesmo dia, a Basílica abriu espaço para que uma missa fosse realizada com o mote da Campanha.

Os dias em Aparecida fortaleceram e motivaram a luta em defesa do território pesqueiro. “Aqui percebemos a força que temos juntos, conseguimos não só mais assinaturas para o abaixo-assinado, mas mostramos para as pessoas a existência de nossa causa. Nesse caminho, teremos mais fé e esperança para a conquista da regularização de nosso território”, comentou uma integrante do MPP.

23 A luta por direitos da Comunidade Caraíbas foi pauta da primeira audiência Pública no município de Pedras de Maria da Cruz
SÍTIO PELO TERRITÓRIO PESQUEIRO, 14.10.2014

Por CPP Minas Gerais



A comunidade pesqueira de Caraíbas, localizada no norte de Minas Gerais, mobilizou cerca de 400 pessoas na audiência pública promovida pelo Ministério Público para tratar sobre os direitos da comunidade, no último dia 09, quinta-feira, em Pedras de Maria da Cruz.

A audiência, coordenada pelo procurador do MPF de Montes Claros, Marcelo Malheiros, contou com a presença de representantes de 12 municípios (Três Marias, Pirapora, Buritizeiro, Várzea da Palma, Ibiaí, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, Januária, Itacarambi, Manga, Matias Cardoso, Montes Claros) de diversas comunidades e entidades: Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Associação Brejo dos Crioulos, Associação de Vazanteiros de Itacarambi, Associação Mineira da Providência, Federação das Colônias de Pescadores, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Pastoral dos pescadores, Conselho Missionário Indigenista, Cáritas Regional Brasileira, Movimento dos Sem Terra (MST), Liga dos Camponeses (LCP), Prefeitura de Pedras de Maria da Cruz, Instituto de Colonização da Reforma Agrária (INCRA), Superintendência Regional de Regularização Ambiental – Norte de Minas (SUPRAM), Advocacia Geral da União (AGU), Grupo de Estudos e pesquisas em comunidades Tradicionais do Rio São Francisco - Unimontes, Secretaria do Patrimônio da União (MG), Procuradoria da República – Direitos do Cidadão, Polícia Federal, Polícia Militar e Fazenda Pioneira - Boa Vista.

Após a abertura oficial, a pesquisadora da Universidade de Brasília (UNB), Cláudia Luz, apresentou estudos realizados sobre a tradicionalidade dos moradores que vivem nas margens do rio São Francisco entre

CONT.



Pirapora-MG e Chique-Chique-BA. E em seguida foi aberto a fala aos participantes.

Membros da comunidade apresentaram o histórico de sua caminhada tradicional pesqueira - quilombola e vazanteira e do esbulho cometidos por fazendeiros desde 1970. Falou-se da necessidade da efetivação do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), conquistado junto ao SPU em dezembro de 2013. Esta efetivação requer a demarcação física do espaço e a abertura da estrada que dá acesso à Comunidade a zona urbana do município. A estrada, durante o processo de expropriação em 1970, foi fechada com cancelas por fazendeiros, contrariando o direito constitucional de ir e vir de várias famílias da região. Além de implicar diretamente na negação de direitos e na ausência de acesso às necessidades básicas das famílias como: saúde, educação (só em 2014 as crianças já perderam 90 dias de aulas devido à falta de transporte).

Mediante ao não atendimento das necessidades básicas, a comunidade se organizou e reabriu a estrada, enfrentando por isto ameaças de morte e Interdito proibitório conseguido pelo fazendeiro com o Juiz Davi Pinter Cardoso da Comarca de Januária.

O Representante da Fazenda Boa Vista Pioneira, durante sua fala, alegou questões ambientais para o fechamento da estrada com cancelas e cadeados. Tal preocupação, se contradiz, uma vez que, a mesma fazenda, juntamente com outras vizinhas, tem usado o espaço no qual se encontra um complexo de lagoas marginais (berçários do rio São Francisco) para criação extensiva de gado há vários anos, sem nenhuma intervenção dos órgãos ambientais competentes. E simultâneo a isto, a Comunidade, neste ano, tem enfrentado várias restrições alimentares devido a destruição de suas plantações domésticas por gados dos fazendeiros. E esperando a construção coletiva do plano de manejo da área conquistada pela TAUS.

A audiência teve como encaminhamentos: Petição do deslocamento da ação interdito proibitório para a vara federal, uma vez que o conflito envolve comunidades tradicionais em áreas pertencentes à União; reunião até o final de outubro entre SPU, AGU e MPF para determinar os procedimentos da demarcação física da TAUS e encaminhamento da abertura da estrada buscando primeiro um diálogo entre as partes ou de forma coercitiva; transporte das crianças à escola por outra estrada mais distante e uso da estrada particular da fazenda (até que se resolva a interdição ilegal da estrada utilizada pelas comunidades da região).

O debate na audiência possibilitou a percepção de um conflito ambiental que envolve sujeitos com racionalidades e projetos de ocupação do espaço diferentes. E a questão ambiental é acionada para legitimar a transgressão de direitos constitucionalmente garantidos.

Postado por [Campanha Nacional pela Regularização](#) às 06:48



24 Indígenas denunciam estar sofrendo ataques violentos de pistoleiros

SÍTIO CEDEFES, 14.10.2014

Um grupo de 250 indígenas da etnia Kaiowá afirmam estar sofrendo ataques violentos de proprietário rurais em Coronel Sapucaia - distante 400 km de Campo Grande. O primeiro foi no dia 3 de outubro quando homens armados tentaram destruir o acampamento e ameaçaram os índios. O segundo ataque ocorreu ontem, conforme informações do Cimi (Conselho Indigenista Missionário).

Um grupo de 250 indígenas da etnia Kaiowá afirmam estar sofrendo ataques violentos de proprietário rurais em Coronel Sapucaia - distante 400 km de Campo Grande. O primeiro foi no dia 3 de outubro quando homens armados tentaram destruir o acampamento e ameaçaram os índios. O segundo ataque ocorreu ontem, conforme informações do Cimi (Conselho Indigenista Missionário).

O "pistoleiros" teriam atado fogo em um gramado e três barracos de indígenas ficaram destruídos, também de acordo com o Cimi, foram dados tiros em direção a aldeia Kurusu Ambá. Os índios entraram na propriedade rural Barra Bonita no dia 23 de setembro e no dia 25 os proprietários entraram na Justiça Federal com um pedido de reintegração de posse.

Irmã Joana Aparecida Ortis, do Cimi, afirma que os índios dizem estar recebendo mensagens do Deus deles, por meio de rituais, que informam que "aquela terra é deles e eles precisam lutar por ela". "Eles estão fazendo rituais com bastante fé e energia e estão confirmando cada vez mais de que não podem deixar de cumprir o pedido dos céus", afirma Joana.

Duas audiências entre os proprietários rurais e o líder indígena Ismarth Martins já foram realizadas, porém sem que ambas as partes chegassem a um acordo. A Justiça deu prazo de 20 dias para para que os indígenas desocupem o galpão e a sede do imóvel, não sendo atendido, a polícia deve informar a Funai (Fundação Nacional do Índio) e o MP (Ministério Público) da data da reintegração de posse, com 10 dias de antecedência.

O Cimi afirma que os indígenas sabem do perigo de permanecer na propriedade rural, mas que vão continuar lá, pois acreditam que aquela terra os pertence. "Eles dizem que o Deus pede para que eles fiquem naquele lugar e lutem até o fim por que a terra é deles", diz a irmã Joana.

Os proprietários da fazenda Barra Bonita afirmam, em processo judicial, que os índios invadiram completamente a propriedade, ocupando a sede do imóvel, o galpão e demais locais habitualmente

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

utilizados pelos autores, impedindo que eles adentrem no local e continuem com a produção de grãos que é cultivada nas terras.

Fonte: <http://www.campograndenews.com.br>



25 Terracap firma acordo com famílias indígenas que ocupam Noroeste

SÍTIO JORNAL DE BRASÍLIA, 14.10.2014

Área de 220 mil m² constituirá a Reserva Indígena Kariri-Xocó do Bananal-DF; Estatal ainda construirá unidades habitacionais com a infraestrutura, um centro de convivência e ocas

A Terracap firmou um acordo com representantes de 16 famílias Kariri-Xocó e Tuxá, que atualmente ocupam uma área no Noroeste, para constituir a futura Reserva Indígena Kariri-Xocó do Bananal-DF. O Termo de Compromisso, assinado com a Fundação Nacional do Índio (Funai), põe fim a demandas jurídicas existentes com indígenas.

Uma área de 22,08 hectares, aproximadamente 220 mil m², (correspondente a quase 20 campos de futebol) de propriedade da Terracap, localizada entre o viveiro de mudas da Novacap e o Parque Nacional de Brasília, será doada pela estatal à União e destinada à posse permanente e usufruto dos Kariri-Xocó.

Além de doar a área que abrigará a nova reserva indígena, em dezenove meses a Terracap deverá ter elaborado todos os projetos das edificações que servirão aos índios. Também deve construir, até abril de 2016, dezesseis unidades habitacionais com a infraestrutura de sistema de distribuição de energia, abastecimento de água, captação de esgoto, cercamento do perímetro, além de benfeitorias como um centro de convivência e ocas.

O compromisso também inclui projetos de reflorestamento e remoção das árvores produtivas, frutíferas e de espécies de valor simbólico e uso para artesanato que estão na área atualmente ocupada pelos índios para a área da nova reserva indígena.

O documento que define o compromisso foi assinado pela presidente da Terracap, Maruska Lima, o diretor técnico da Terracap, Jorge Francisconi, a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati e o cacique Kariri-Xocó, Ivanice Tanoné.

Cumprido o acordado, as partes se obrigam a desistir dos processos judiciais. As famílias desocuparão a área no Noroeste e seguirão à nova reserva.

Fonte: Agência Brasília

26 Encontro na serra do Cipó reúne xamãs, índios e pajés
SÍTIO O TEMPO, 00.00.2013

Reunião entre 24 e 26 de outubro pretende resgatar o respeito pela vida



O temascal faz parte do ritual de limpeza e purificação dos corpos
Foto: Susana Ferreira/Divulgação



Poder. A xamã Anna Xara utiliza o som do tambor como instrumento de cura, uma vez que ele conecta a pessoa com sua energia instintiva
Foto: Susana Ferreira/Divulgação

ANA ELIZABETH DINIZ
ESPECIAL PARA O TEMPO

O xamanismo resgata a relação sagrada do homem com o planeta e a sabedoria nativa ancestral por meio de práticas que usam os elementos da natureza, água, terra, fogo e ar, a fim de restaurar a energia vital tão combalida nos dias atuais, principalmente naqueles que vivem em grandes centros urbanos.

CONT.



VEJA TAMBÉM

[Além dos corpos físico e emocional, é preciso curar a alma](#)

Quem se identificar com esse chamado pode participar de um encontro internacional de xamanismo que vai acontecer entre os dias 24 e 26 de outubro, no Recanto da Cigarra, na serra do Cipó, a 90 km de Belo Horizonte. O evento vai reunir índios, pajés e xamãs em rituais como a dança do animal de poder, resgate dos guerreiros de luz, do masculino e do feminino e em curas xamânicas e benzimentos (ver agenda).

O seminário é idealizado pela xamã Anna Xara, 53, fundadora da Escola Gaia de Xamanismo e Educação Ambiental no Brasil e Portugal.

Nascida no Amazonas, ela foi criada pela avó índia seguindo tradições e rituais de cura. Dedicou-se a estudos e pesquisas de práticas e curas indígenas, tendo vivido em dez aldeias do Brasil, Peru e México.

A xamã mora em Lagoa Santa, na Grande BH, mas viaja o mundo ministrando seus conhecimentos e, desde 1994, dedica sua vida ao xamanismo, como uma missão espiritual e projeto de vida.

“Ser xamã é entrega, desapego. É ter amor incondicional por tudo e por todos. Xamã é aquele que está sempre em busca da sua cura pessoal e de todas as suas relações. Coloca a natureza e os elementos, terra, água, fogo e ar e o respeito a todos os seres em tudo que faz. O xamã tem que ter compreensão, compaixão, saber compartilhar, tem que dar sem questionar o que recebe, sem crítica, sem julgamento. Confia na existência”, explica Anna.

Ancestrais. Durante o fim de semana na serra do Cipó o que se pretende é resgatar a cultura indígena ancestral.

“Esse encontro internacional vai reunir pessoas de diferentes partes do mundo para celebrar e reconhecer a unidade. Com a presença de vários índios nos conectamos com a ancestralidade e reconhecemos o índio que está dentro de cada um de nós. Trabalha-se o perdão entre os povos e entre nações, porque acreditamos que ‘somos todos um’ e para que não continuemos carregando memórias de invasões do passado. Tocamos tambor, dançamos e cantamos pela força da paz”, convoca a xamã.

Segundo ela, o som do tambor faz conexão com a energia instintiva e possibilita uma viagem xamânica a fim de encontrar soluções para as questões que se quer resolver.

Agenda: 5º Encontro Internacional de Xamanismo da Escola Gaia, que tem o tema “Eu amo o índio que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

existe em mim II”, vai acontecer de 24 a 26, no Recanto da Cigarra, na serra do Cipó. Informações: (31) 3687-2047, (31) 9321-0383 (Tim), (31) 8427-4646 (Claro) e (31) 9954-4312 (Vivo).

Ritual

De bem com a vida. Dê bom dia para o sol, céu, mar, plantas, abrace as pessoas mais próximas logo ao acordar. Tome água. Agradeça a vida e esteja presente no aqui e agora.

27 Comunidade indígena Malacacheta aquece os preparativos para IX Festa da Damurida de 2014
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.10.2014

Por CombateRacismoAmbiental



A comida indígena que alimenta a tradição dos povos indígenas, damurida. (Foto: Alex Alessandro)

Equipe de Comunicação da Festa da Damurida

A damurida, comida indígena feita de peixe, de carne de caça moqueada (defumado) e a base de pimenta, é o alimento que revigora e fortalece a tradição dos povos indígenas. E, em alusão a essa culinária milenar, a comunidade indígena Malacacheta se prepara para celebrar a nona edição da Festa da Damurida 2014, que ocorre no período de 5 a 8 de novembro, na própria comunidade. A comunidade fica localizada no município de Cantá, região Serra da Lua, a 37 km de Boa Vista (RR).

Para realizar mais esse festejo, a comunidade indígena Malacacheta aquece os preparativos buscando definir a programação dos quatro dias que, esse ano, a comunidade irá proporcionar aos participantes. Já constam na programação, a realização de competições indígenas e esportivas, concurso diversos, apresentações culturais, feira de artesanatos e produtos agrícolas e a principal atração da festa, o concurso da melhor damurida. Haverá premiação para todas as competições.

Ao contrário dos anos anteriores, a abertura do evento será à noite, no dia 5, às 19h, com apresentações culturais e a novidade dessa edição, uma roda de diálogo com as lideranças indígenas contando o histórico da festa. Logo após esse momento haverá a exibição do vídeo documentário da festa da damurida de 2013, produzido através do projeto Olhares que Inspiram o Brasil- Petrobrás 60 anos. O vídeo tem a duração de 2 minutos e reflete a importância da damurida no cotidiano dos indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

A comunidade tem a expectativa de receber mais de 500 participantes, oriundos das comunidades indígenas adjacentes do município de Cantá, Bonfim, Boa Vista e demais localidades do Estado.

O Tuxaua da comunidade, Wanderley da Silva Pereira, destaca que a festa é um momento importante para o povo wapichana mostrar a tradição através da valorização da damurida, a comida que alimenta a tradição indígena. “vamos realizar mais uma edição da festa e para nós, wapichana, é um momento importante, porque assim, valorizamos e fortalecemos de forma coletiva a nossa cultura” destaca o Tuxaua.

Premiada em 2007, pelo Prêmio Culturas Indígenas edição Xicão Xucuru, a festa nasceu da iniciativa “Damuryda Kadyz Aidikikiau- Valorizando a nossa Damurida” com o objetivo de valorizar a cultura indígena, em especial do povo Wapichana, da comunidade indígena Malacacheta.

Malacacheta, com a população de aproximadamente mil e duzentas pessoas, 278 famílias é uma das comunidades indígenas do Estado que busca iniciativas de cunho cultural para fortalecer e valorizar os costumes tradicionais, cotidianamente, afetado devido o contato direto com meio urbano, consumo de alimentos industrializados e a própria miscigenação existente na comunidade. Apesar dessas influências diárias, o povo Wapichana, se mantém resistente e vivendo o bem estar coletivo, assim como outros diversos povos indígenas de Brasil.

Para mais informações, contatos com a equipe de comunicação do festejo: 9126-0803/8101-7827 (Mayra)

28 Lideranças Guarani Kaiowá vão ao STF pedir que sejam ouvidos nas decisões que afetam o reconhecimento de suas terras
SÍTIO CIMI, 14.10.2014

Fonte da notícia: [Assessoria de Comunicação-Cimi](#)



Com objetivo de alertar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre decisões que colocam em risco a ocupação de seu território tradicional, uma delegação de 40 lideranças Guarani Kaiowá chega a Brasília.

Diante do genocídio que estão expostos, os Guarani Kaiowá buscam diálogo com os ministros e entregarão duas cartas, às 14h, nos gabinetes a fim de tratar da regularização das terras indígenas, ameaças de morte por pistoleiros e ordens de despejo judicial.

As cartas são da Aty Guasu (Grande Assembleia Guarani Kaiowá) e de Kurusu Ambá, terra reivindicada pelos indígenas. Os indígenas afirmam que não vão mais aguardar promessas e novos prazos e que diante da morosidade das demarcações não vão recuar. Para os Guarani Kaiowá não há outra opção além de resistir na luta pelo território tradicional.

Saiba mais:

[Lideranças Guarani e Kaiowá anunciam “Se a justiça não garantir nosso direito, que prepare muitas cruzes para o nosso povo”](#)

Confira [aqui](#) a carta de Aty Guasu e [aqui](#) a carta de Kurusu Ambá

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

No caso de Kurusu Ambá, os indígenas reivindicam mais segurança e denunciam os frequentes ataques e ameaças por jagunços, mas reiteram que não sairão da área. Chamada de “faixa de gaza do Brasil” pelo antropólogo, Eduardo Viveiro de Castro, o Mato Grosso do Sul é um dos estados onde o conflito fundiário faz mais vítimas no país, ao todo foram registrados 53 casos de assassinatos em 2013, destes 33 casos foram em MS.

A delegação é composta por indígenas de nove terras indígenas, (Taquara, Arroio Corá, Guyrá Kambi’y, Guyraroka, Kurussu Ambá, Guaiviry, Laranjeira Nhanderu, Jagua Piru, Mykuréati) e vão aos gabinetes dos ministros a fim de tratar da questão territorial. No caso de Guyraroka, os indígenas pedem a nulidade de uma decisão da 2ª Turma da Corte que anula o reconhecimento do Estado à terra ancestral, uma vez que não foram ouvidos durante o processo, o que contraria diversos acordos jurídicos, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Súmula 631¹ do STF que determina a comunidade envolvida ser chamada para discutir o processo quando se trata de direito subjetivo, ou seja, quando a pauta ainda está em disputa.

O ministro Gilmar Mendes acatou a tese do marco temporal e considerou: se a comunidade não estava na área reivindicada em 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ela não possui o direito de ocupá-la. Os argumentos de Mendes foram acompanhados pela ministra Carmem Lúcia e o ministro Celso de Mello.

A tese do marco temporal deve ser analisada com cautela sob pena de negar o direito originário e impedir demarcações das terras indígenas em todo o país. Agora, em Brasília, os indígenas pretendem dizer aos ministros o que motiva o grupo a não desistir do território tradicional. O reconhecimento da tradicionalidade da terra reivindicada pelos indígenas é uma parte do procedimento de demarcação do território, o tekoha, terra sagrada para os Guarani Kaiowá.

¹ “Extinguese-se o processo de mandado de segurança se o impetrante não promove, no prazo assinado, a citação do litisconsorte passivo necessário”

Serviço:

Luana Luizy- Assessoria de Comunicação (Cimi) 8128-57-99

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

Agenda:

Terça	Quarta
14h- Entrega de carta aos ministros no STF	14h- Protocolo memorial no STF
17h- Audiência na Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Indígenas, Plenário 8, anexo II da Câmara dos Deputados	15h30- Coletiva de Imprensa



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

29 Ribeirinhos de Baião voltam a plantar banana
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 14.10.2014

Da Redação
Agência Pará de Notícias

Atualizado em 14/10/2014 09:43:00

Cem agricultores que vivem às margens do rio Tocantins, em ilhas no município de Baião, no nordeste do estado, voltarão a plantar bananas, com o apoio do escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater). A tradição havia sido abandonada nos últimos anos, por conta de pragas e doenças. Atualmente, o município compra a fruta da Central de Abastecimento do Pará (Ceasa), em Belém, o que aumenta o preço em cerca de 50% para o consumidor final.

O início do processo prático de revitalização está programado para esta semana, com a doação, pela Secretaria de Estado de Agricultura (Sagri), de duas mil mudas micropropagadas das espécies pacovan ken, BRS-Vitória e BRS-conquista, melhoradas geneticamente.

As famílias, cujas principais atividades são o plantio de cacau e extrativismo de andiroba, são das comunidades Maraiá, Santa Maria do Andirobal, Maturá, Itaquara e Vila do Cardoso. A Emater instalará dois viveiros em duas localidades-pólo, que têm acesso por via terrestre: Itaquara e Vila do Cardoso.

A previsão é que, já por volta do começo do ano que vem, as duas mil mudas de laboratório resultem em seis mil mudas convencionais, que serão distribuídas entre os beneficiários para plantio rigorosamente acompanhado pela Emater, sob manejo e outras medidas.

“O objetivo é reestruturar a cadeia da banana, que é uma ótima fonte de renda e também serve de alimentação para as próprias famílias”, resume o chefe do escritório local da Emater, o técnico em aquicultura e tecnólogo em gestão ambiental Ronnaldy Aislan Reis.

Aline Miranda

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

30 MG – III Seminário Sobre os Direitos das Comunidades Quilombolas, em Serro
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)

O Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Serro, promove o III Seminário sobre os direitos das comunidades remanescentes de quilombo, que será realizado nos dias 30 e 31 de outubro e 01 de novembro de 2014, às 19h, no auditório (Praça João Pessoa, 74, Centro).

O tema desta edição será a lembrança, a reconstrução e a reflexão das práticas pretéritas e atuais de resistência à opressão, que foram e são desenvolvidas pelas comunidades quilombolas do Serro, contra os regimes políticos (pretéritos e atuais) responsáveis pela instauração de uma ordem social que promove a opressão, exploração e extermínio da forma de vida quilombola na região do Alto Jequitinhonha.

Pretende-se, com isso, refletir sobre as formas de luta política e jurídica, que podem ser utilizadas para a defesa dos direitos materiais e culturais das comunidades remanescentes de quilombo. O evento terá um caráter interdisciplinar e contará com a participação de professores, agentes públicos, lideranças de movimentos sociais e quilombolas, que se dedicam aos temas relacionados à efetivação dos direitos das comunidades tradicionais. Os alunos interessados poderão fazer suas inscrições no Diretório Acadêmico Ministro Pedro Lessa, estando os moradores de comunidades quilombolas isentos do pagamento da taxa de inscrição. O valor da inscrição para associados ao D.A é de R\$ 15 (quinze reais) e, para não-associados, R\$ 30,00 (trinta reais).

Dia 30/10/2014 (quinta-feira) – Seminário / Local: Auditório do Campus Serro. Praça João Pessoa, nº 74, bairro Centro, Serro – MG.

18h00 – Abertura Solene: Apresentação dos resultados dos projetos de extensão “A luta por reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo” e “Lições da Terra” e das parcerias com instituições públicas que atuam na questão quilombola.

Prof. Ronaldo Rajão Santiago (Pró-Reitor Adjunto da PUC-Minas, Campus Serro).

Prof. Prof. Wanderley Chieppe Felipe (Pró-Reitor de Extensão da PUC-Minas).

Profa. Rosa Maria Corrêa (Coordenadora do Núcleo Direitos Humanos e Inclusão da PUC-Minas).

Prof. Rodrigo Alves Pinto Ruggio (Coordenador do Curso de Direito da PUC-Minas, Campus Serro).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

Prof. Erich Vale e Sousa (Coordenador de Extensão da PUC-Minas, Campus Serro).

Sr. Epaminondas Pires de Miranda (Prefeito do Município do Serro).

Sr. Benedito Crizóstomo Gomes (Presidente do Conselho das Comunidades Quilombolas do Serro).

Sra. Sandra Maria da Silva (Presidente da N'GOLO – Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais).

Sr. Danilo Daniel Prado Araújo (Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em MG).

Prof. Lucas de Alvarenga Gontijo (Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil).

Sr. Durval Ângelo (Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais).

Escritório de Direitos Humanos.

19h00 – Mesa redonda: Os empreendimentos econômicos (mineração e fazendeiros) e a proteção jurídica do território das comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas): reflexões sobre a tomada de consciência, mobilização popular e estratégias políticas e jurídicas de defesa do direito ao território das comunidades tradicionais.

Professor Dr. Matheus de Mendonça Gonçalves Leite

Doutor em Teoria do Direito (2014) e Mestre em Direito Público (2008) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos. Atualmente é Professor Adjunto IV da Pontifícia Universidade de Minas Gerais, lecionando as seguintes disciplinas: Introdução ao Estudo do Direito, Filosofia do Direito, Direito Constitucional e Direito Previdenciário. Membro do Colegiado do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Serro. Membro do Núcleo Docente Estruturante da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Serro. Coordenador do Serviço de Assistência Judiciária da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Serro. Coordenador do Projeto de Extensão “A luta por reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo”. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Filosofia do Direito, Sociologia Jurídica e Direito Público, atuando principalmente nos seguintes

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

temas: direito constitucional, direito administrativo, direito previdenciário, filosofia do direito, sociologia jurídica e hermenêutica filosófica e jurídica.

Professor Dr. Gustavo Manuel Macayo

Possui formação em Direito pela Universidad Nacional de Buenos Aires. Professor das disciplinas de Direito Romano e Sociologia, no curso de Direito, na cidade de Esquel da Faculdade de Ciências Jurídicas. Presta assessoria jurídica às comunidades e famílias Mapuches e Tehuelches, na zona Oeste e Noroeste de Chubut, em conflitos por Territórios, Discriminação, Acesso à Justiça e direitos humanos em geral, desde 1994. Presta assessoria jurídica e participa ativamente na Asamblea de Vecinos Autoconvocados de Esquel e na Asamblea Comarcal Contra el Saqueo y la Contaminación de la Región Andino Patagónica, contra los Mega Emprendimientos contaminantes y depredatorios.

Dra. Luci Rodrigues Espescht

Coordenadora do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Minas Gerais.

Sra. Sandra Maria da Silva

Presidente da N'GOLO – Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais.

Debates com a participação dos palestrantes e participantes do evento.

DIA 31/10/2014 (sexta-feira) – Seminário / Local: Auditório do Campus Serro. Praça João Pessoa, nº 74, bairro Centro, Serro – MG.

14h00 – A temática quilombola na escola.

Sra. Mônica Nascimento Clementino Nunes

Secretária de Educação do Município do Serro.

CONT.



Professora Dra. Lorene Santos

Doutora em Educação (UFMG, 2010), na Linha de Pesquisa Educação Escolar: Instituições, Sujeitos e Currículos, Área de Concentração: Ensino de História; Mestre em Educação (UFMG, 1997), Área de concentração: Ensino de História. Graduada em História (UFMG, 1987) e em Comunicação Social – Jornalismo (PUC Minas, 1984). Professora Adjunta IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, atuando como: Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação; Coordenadora de História do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID PUC Minas/CAPES; professora dos cursos de História e Pedagogia; Outras informações: Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Profissão Docente – GEPPDOC/CNPq; Pesquisadora associada do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História LABEPEH/FaE/CP-UFMG (CNPq); Pesquisadora nas áreas do Ensino de História, Educação Escolar e Profissão Docente, com ênfase para os temas: saberes históricos escolares; formação e trabalho docente: saberes, identidades e memórias; cultura escolar e currículos; políticas educacionais e direito à educação; educação para a diversidade e recepção às Leis 10.639/03 e 11.645/08. Experiência em projetos diversos de formação inicial e continuada de professores e na concepção e implementação de políticas públicas em educação. Experiência em assessoria a órgãos e instituições públicos e privados e na produção de materiais didático-instrucionais.

15h00 – Apresentação dos trabalhos das Escolas das Comunidades Quilombola do Ausente, Baú, Fazenda Santa Cruz, Queimadas e Vila Nova.

17h00 – Encerramento

19h00min – Mesa redonda: O papel dos quilombos nas sucessivas revoltas escravas do final do século XIX no Serro e as formas atuais de resistência à expulsão do território e exploração do trabalho dos quilombolas.

Professor Dr. Ricardo Ferreira Ribeiro

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1979), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993) e doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Foi professor do Mestrado de Turismo e Meio Ambiente e do Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: história ambiental, etnoecologia, comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, Cerrado – meio ambiente, Sertão Mineiro, desenvolvimento local, impactos e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2014

Brasília, 14 de outubro de 2014.

conflitos ambientais e cultura-Minas Gerais. Foi membro do Comitê Científico da Rede de Cooperação em Ciência e Tecnologia para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado ComCerrado, criada no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia por meio da Portaria nº 319, de 07 de maio de 2009.

Professora Maria do Rosário Simões

Serrana. Licenciada em História. Pós-graduada em docência do Ensino Superior com a defesa da Monografia “A Fé que move a Festa e a Festa que move a Fé”. Professora de História da Rede Estadual. Secretária da Irmandade do Rosário do Serro. Pesquisadora da História da Comarca do Serro Frio. Criadora do “Teatro de Sacada”, uma proposta de educação patrimonial em Serro.

Quilombola José Maria da Mota

Morador da comunidade quilombola do Baú. Vivenciou o trabalho no garimpo e as práticas de exploração do trabalho quilombola, bem como as práticas de resistência que foram desenvolvidas para a sobrevivência material e cultural da comunidade quilombola do Baú.

Quilombola Clemência da Conceição Brandão

Moradora da comunidade quilombola do Ausente. Vivenciou o trabalho no garimpo e as práticas de exploração do trabalho quilombola, bem como as práticas de resistência que foram desenvolvidas para a sobrevivência material e cultural da comunidade quilombola do Ausente.

Debates com a participação dos palestrantes e participantes do evento.

DIA 01/11/2012 (sábado) – Seminário / Local: Auditório do Campus Serro. Praça João Pessoa, nº 74, bairro Centro, Serro – MG.

09h00 – Mesa: Os impactos atuais do empreendimento minerário sobre as comunidades tradicionais da região de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas, Itaponhoacanga e Serro.

CONT.



Professora Dra. Denise de Castro Pereira

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – IFCS/PPGSA – (2008). Graduação e Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais – FACE/CEPEAD. Professora Adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Experiências na área de Administração, com ênfase nos seguintes temas: gestão de empresas; gestão de cidades; organizações, sociedade e meio ambiente; organização do trabalho; inovações técnico-organizacionais e estratégias gerenciais. Compõe o Grupo de Pesquisa Sociedade e Meio Ambiente.

Professora Dra. Ana Flávia Moreira Santos

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1991), Mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1997) e Doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ (2009). Trabalhou como analista pericial em antropologia do Ministério Público Federal entre 1997 e 2010. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em etnicidade, processos de territorialização, história indígena e do indigenismo, perícia antropológica.

Procurador da República Edmundo Antônio Dias Netto Júnior

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), responsável pela defesa dos direitos humanos e das liberdades públicas em geral, bem como pela promoção, entre outros, do direito à saúde. Cabe ainda à PRDC velar pela defesa dos direitos das populações tradicionais, tais como índios, quilombolas, ciganos, comunidades extrativistas e ribeirinhas.

Quilombola Clemilde da Conceição Reis Vitor

Moradora da comunidade quilombola do Baú. Vivenciou o trabalho no garimpo e as práticas de exploração do trabalho quilombola, bem como as práticas de resistência que foram desenvolvidas para a sobrevivência material e cultural da comunidade quilombola do Baú.

Enviada por Pablo Matos Camargo para a lista Cedefes.